Estudos históricos acerca de práticas jornalísticas na cidade do Rio Grande

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

123

COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

UNIVERSIDADE ABERTA www.uab.pt

Cátedra CIPSH de Estudos Globais 2020-2025

BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Estudos históricos acerca de práticas jornalísticas na cidade do Rio Grande

- 123 -

CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior
- Universidade Estadual Paulista – Assis -
António Ventura
- Universidade de Lisboa -
Beatriz Weigert
- Universidade de Évora -
Carlos Alexandre Baumgarten
- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -
Ernesto Rodrigues
- CLEPUL – Universidade de Lisboa -
Francisco Gonzalo Fernandez Suarez
- Universidade de Santiago de Compostela -
Francisco Topa
- Universidade do Porto -
Isabel Lousada
- Universidade Nova de Lisboa -
João Relvão Caetano
- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -
José Eduardo Franco
- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -
Maria Aparecida Ribeiro
- Universidade de Coimbra -
Maria Eunice Moreira
- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –
Maria Cristina Firmino Santos
- Universidade de Évora -
Vania Pinheiro Chaves
- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves

Estudos históricos acerca de práticas jornalísticas na cidade do Rio Grande

Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2026

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:
José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:
João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:
Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo
1º Secretário: Luiz Henrique Torres
2º Secretário: Marcelo França de Oliveira
1º Tesoureiro: Valdir Barroco
2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica
- Título: Estudos históricos acerca de práticas jornalísticas na cidade do Rio Grande
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Rio-Grandense, 123
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Maio de 2026

ISBN – 978-65-5306-081-4

CAPA: BISTURI. Rio Grande, 28 dez. 1890.

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.

SUMÁRIO

Um jornal voltado às lides mercantis na cidade do Rio Grande / 11

Visões do Governicho no seio da imprensa rio-grandina / 53

Representações da passagem do ano na arte caricatural do *Bisturi* / 81

Um jornal voltado às lides mercantis na cidade do Rio Grande

Porta de entrada da Província, depois Estado, do Rio Grande do Sul, a cidade do Rio Grande teve no comércio a sua mais importante atividade econômica ao longo do século XIX. Escoadouro da produção pecuária sul-rio-grandense, a cidade portuária moldou várias das suas estruturas político-ideológicas e socioculturais a partir das inter-relações com a economia municipal e provincial/estadual. Nesse quadro, junto à imprensa do Rio Grande, onde se praticou, durante aquela centúria, um dos jornalismos mais avançados no contexto brasileiro de então, as atividades mercantis encontraram largo espaço, ficando assuntos como o movimento portuário, as variações de preços e as cotações monetárias em pleno destaque nas páginas dos jornais. Dentre essas folhas, destacou-se *O Comercial*, periódico diário que se caracterizou por dedicar-se ainda mais diretamente à divulgação das informações de caráter mercantil. Um estudo desse jornal, com ênfase ao seu discurso político-partidário, constitui o objetivo de estudo deste trabalho.

O jornal *O Comercial* foi criado em maio de 1857 por Francisco de Paula Cardoso, um comerciante rio-

grandino, ligado às lides tipográficas. Cardoso atuou nessa folha até a sua morte, em 1865, quando foi substituído em suas atividades por seu filho homônimo. A linha editorial da folha, conforme seu próprio título, foi essencialmente comercial, pois seu proprietário pretendia organizar uma publicação que prestasse a melhor informação, quantitativa e qualitativamente, a respeito do setor mercantil, intentando assim auxiliar na organização e desenvolvimento de uma das bases da estrutura econômica da cidade do Rio Grande. Além de preocupar-se com as atividades comerciais, o periódico buscava atender também a outros setores produtivos da Província, chegando a intitular a si mesmo como "jornal de indústria e agricultura".

Nesse sentido, a publicação propunha a ocupar-se "dos interesses gerais do país", dando "uma atenção especial ao sul da Província, atendendo com preferência a tudo quanto interessasse ao comércio" (13 fev. 1859). E, revalidando seu programa, o periódico garantia que, "dedicado aos interesses gerais do comércio, sempre ligados com os da Província", não deixaria "de advogá-los e de reclamar tudo quanto pudesse lhe ser útil, respeitando sempre as conveniências devidas e os direitos de terceiros" (3-6 maio 1862). *O Comercial* objetivava, dessa forma, desde os seus primeiros tempos, colocar-se como um respeitável jornal diário, representante da imprensa considerada séria e destinado a prestar significativos serviços à comunidade rio-grandina e, mais especificamente às atividades produtivas sul-rio-grandenses.

De acordo com esses objetivos eminentemente comerciais, a folha mercantil, durante os anos iniciais de sua circulação, insistia em apresentar-se como uma

publicação apolítica, declarando que o seu programa "excluía a palavra política", diante do que estava imposta "uma obrigação que não tentaria menosprezar" (1º jan. 1859). Pretendia, dessa maneira, evitar "toda e qualquer ocasião de tomar uma parte ativa na luta encarniçada dos partidos", limitando-se "em advogar as necessidades desta parte da Província, apontando às vezes os meios de remediá-las, repetindo as queixas que ouvia sair de respeitáveis bocas" e apontando os "irreparáveis prejuízos" que o comércio estaria sofrendo, cumprindo o "dever" que havia imposto a si mesma de sempre "conservar a neutralidade que tinha proclamado"[1](30 mar. 1859).

Os intentos basicamente mercantis do periódico rio-grandino, em detrimento das discussões políticas ficavam expressos em uma das principais campanhas movidas pela folha durante a sua existência, mormente na primeira década, que consistia no combate ao contrabando, através da instauração da "tarifa especial" que protegeria a negociação dos produtos rio-grandenses:

> "Não é o espírito de partido que nos convida a emitir algumas observações sobre o estado atual da Província, considerando seus interesses gerais e particulares; não é tampouco uma necessidade de fazer censuras que nos anima a expender

[1] Também acerca da sua natureza apolítica, o jornal afirmava: "Fiéis ao nosso programa, cremos que nunca dele nos afastamos, nem procuramos embrenhar-nos naqueles labirintos de partidos que nenhuma saída oferecem aos que sem serem munidos do fio da prudência e da imparcialidade, se confiam nas suas pérfidas veredas" (1º jan. 1863).

> nossa humilde opinião [uma vez que] tão fúteis e pequenos motivos, dominando por momentos o espírito, o desviam frequentes vezes, lançando-o no errado caminho das paixões (...).
>
> Os interesses da Província do Rio Grande ressentem-se poderosamente da estagnação de seu comércio (...). Os direitos de exportação, que aumentam o preço dos gêneros provinciais, são tão perniciosos ao seu bem-estar que, longe de favorecer o seu comércio e a sua indústria, os destroem (...). A morte de nosso comércio está bem próxima, se um remédio enérgico e pronto não for administrado; e qual este remédio? O já reclamado pela imprensa, aconselhado pelo próprio comércio. Uma tarifa especial." (27 jun. 1858)

Ainda atuando em prol da tarifa que remediaria as perdas advindas do comércio ilícito, o jornal chegou a conclamar toda a imprensa rio-grandense a que sustentasse aquela causa, "desde tanto tempo encetada, sem que uma decisão" animasse as "esperanças" da comunidade gaúcha. Apelava, assim, em "nome do patriotismo e da convicção" que todas "as forças se unissem", de modo a "apresentar um conjunto respeitável que merecesse a atenção do governo", para que se pudesse "adquirir os meios indispensáveis para o comércio recuperar a atividade" que teria perdido, dando "ao sul da Província aquela vida e animação que tanto contribuíra para a sua felicidade e aumento" (24 abr. 1859).

As poucas manifestações de cunho político expressas pelo jornal durante sua década inicial referiam-se a uma rejeição às coligações partidárias.

Segundo a folha, a política de "conciliação" já tivera seu papel na instauração da estabilidade no país, porém, com o passar do tempo, tornava-se cada vez mais inviável, apontando para "a impossibilidade de reunir sob a mesma bandeira, homens que haviam combatido, sem vistas particulares, debaixo de estandartes de diversas cores"; de modo que não se poderia "desconhecer que da sua mútua oposição, imensos bens tinham resultado para o Brasil", sendo, assim, "inadmissível toda e qualquer política conciliatória, cujo fim fosse amalgamar os partidos, para formar um que pensasse, obrasse, visse e falasse unicamente como ela" (12 nov. 1858).

Também com referência às alianças partidárias, o diário comercial criticava a ação da "Liga" e da "Contra-Liga", afirmando que "apenas trânsfugas tinham engrossado as fileiras" daquelas coligações, ao passo que "os cascos de partido" haviam "se conservado firmes", pois estava "reconhecido que a homogeneidade política" em um "governo monárquico constitucional seria o seu garrote e o descrédito mais palpável que mereceriam suas instituições". De acordo com essa ideia, o jornal propunha-se a não dar "à Liga e à Contra-Liga o nome de partidos", uma vez que consistiriam somente em uma "graduação de cores políticas", que, de acordo com as conveniências, se tornavam "convergentes todas para um mesmo raio, onde se confundiam, conservando contudo a sua tinta especial" (31 jan. 1862).

Desse modo, *O Comercial*, durante sua primeira década, trilhou um caminho bastante distanciado das disputas político-partidárias, tendo em vista sua opção de ser uma folha essencialmente mercantil bem como devido aos seus interesses comerciais, visando a um

incremento no volume de publicidade, além do que, com a Guerra do Paraguai, a divulgação dos embates partidários perdia espaço para as notícias sobre o evento bélico. Mesmo assim, o periódico já manifestava alguns pensamentos que demonstravam uma certa aproximação com os princípios conservadores. Na perspectiva do jornal, nas poucas vezes em que se lançara na política, arvorara a sua "bandeira, a da moderação", a qual, "como o paladim das garantias do povo", afastava "a anarquia, os excessos políticos que alguns energúmenos desejavam inocular num país jovem ainda entre as nações, porém envelhecido pelos exemplos" que tinha dado "na sólida prática de uma liberdade regulada pelas leis" (3-6 maio 1862).

Esses indícios de um vínculo ao ideário conservador se confirmaram a partir da inversão política de 1868, quando a folha comercial deixou transparecer mais abertamente a sua filiação partidária. Destacando que suas ideias não eram compatíveis com a política de "indefinições" partidárias, o jornal explicava sua posição favorável ao Partido Conservador:

> "Desde sua origem, o jornal que redigimos teve princípios definidos, advogou tudo quanto podia contribuir para o bem-estar do Império, e com muita especialidade o desta Província. Nunca se envolveu no labirinto de uma política indefinida, porque reconhecia que o fio da justiça e da razão não podia guiá-lo através dos carreiros que o capricho traçava, cobrindo-os de armadilhas, às vezes disfarçadas com flores e adornadas como num dia festivo, com galhardetes de vistosas cores e retumbantes dísticos.

> *O Comercial* sempre quis e continua a querer a liberdade pela Constituição, tal qual está definida naquele código, único realmente livre entre todos os que existem (...). Os partidos parecem definir-se e com eles a política do país, alistamo-nos sob a bandeira que levou o Brasil ao progresso e melhoramento moral, que reuniu em suas fileiras tudo quanto o Brasil possui de mais ilustrado, benemérito e patriota (...). *O Comercial*, pois, advoga e defende esta causa que é combatida pelos adeptos do arbítrio e da violência da liberdade do voto." (30 out. 1868)

De acordo com esta convicção, *O Comercial* publicou, dos últimos meses de 1868 até o início de fevereiro de 1869, uma série praticamente diária de artigos denominados "A situação: com o povo e pelo povo", nos quais, de forma doutrinária e sistemática, buscava explicar as contingências políticas de então. Para o jornal, o partido situacionista estava realizando um grande serviço ao país, corrigindo os erros cometidos à época dos liberais no poder. Nessa linha, a folha encetava a construção do conflito discursivo pelo qual se estabelecia a visão do adversário - o Partido Liberal - enquanto dedicava grande espaço ao enaltecimento dos feitos do "partido da ordem". Ao estabelecer pronunciamentos de natureza política com uma veemência até então não praticada, o periódico intentava preparar a opinião pública para as eleições que se realizariam a 31 de janeiro de 1869, movendo forte campanha de apoio aos conservadores.

Na opinião da folha, o Partido Conservador constituía o legítimo representante do liberalismo, uma vez que seus membros "não eram refratários" e sim "os

verdadeiros liberais", já que queriam "a liberdade plácida e tranquila e não o despotismo, a república e a licença", pois tinham "a liberdade debaixo de um ponto de vista muito mais sublime e grandioso do que aqueles que se diziam verdadeiros liberais. Destacando o "risco revolucionário" representado pelos liberais, o jornal explicava que os conservadores queriam "o progresso e o bem-estar da pátria e dos seus cidadãos", não desejando "dominar pela força" e não fazendo com que os brasileiros "empunhassem armas contra seus irmãos", querendo "a liberdade sem derramamento de sangue"; ao passo que os liberais desejavam "a anarquia, a ditadura e a república ensanguentada e descarnada com todos os seus horrores"[2] (9-10 nov. 1868).

O jornal buscou estabelecer uma imagem extremamente negativa dos liberais os quais, segundo ele, deveriam ser sempre combatidos, referindo-se à

[2] Ainda com respeito ao caráter "subversivo e revolucionário" do Partido Liberal, o jornal afirmava: "A declaração do consistório liberal deixa entrever violências, revoluções, sangue e outras belezas que não podem ser aceitas no Império, porque o povo, por tristes experiências, tem reconhecido que, se prestando para estas lúgubres cenas, nada tem conseguido, além de formar vistosas escadas, para com mais facilidade por elas subirem alguns ambiciosos, quase sempre ingratos e poucas vezes sinceros advogados dos privilégios. Estas lições dos tempos estão presentes à memória de todos e tem sido transmitidas de famílias a famílias, como uma funesta recordação das paixões políticas, e uma condição que nunca deve ser aceita pelo povo, embora lhe prometam os mais felizes resultados. E ademais, é pobre de justiça e de direitos a causa que reclamam, a influência e os resultados da força para alcançar uma vitória" (18-19 dez. 1868).

agremiação liberal como "uma planta parasita, que nascera e se sustentara da seiva da massa da nação"; diante do que, "em todos os tempos e em todas as condições", reunira-se "a maioria da nação", para combater às "exageradas, senão injustas pretensões" liberais, sustentando, assim, "a todo transe", a "independência e a manutenção das instituições", reagindo ao "radicalismo" daqueles e "afastando da gestão dos negócios públicos, os espíritos díscolos e deslumbrados", substituindo-os por elementos portadores de "ideias compatíveis com a prudência e a moderação", de modo que o país seguisse "na sua marcha sempre progressiva", levando "o Brasil a um alto ponto de prosperidade, sossego, melhoramentos materiais e importância" (30 nov. - 1º dez. 1868).

As críticas aos liberais direcionavam-se também à consideração de que os mesmos eram praticantes de uma conduta completamente contraditória, adaptando-se às conveniências políticas de cada momento, não relevando o valor dos princípios e não se importando em desmentir asserções antes consideradas como verdades incontestáveis[3]. De acordo com o diário mercantil o

[3] Segundo a folha: "O Partido Liberal, composto de partes heterogêneas, apresenta um manto de arlequim para adornar o seu pretendido ídolo - a liberdade. Para vencer, renega hoje, o que havia dito ontem; eleva no pavés da glória, o que condenava ao desprezo, há poucos meses, embora as cem tubas da fama para que em todos os ângulos do Império de Santa Cruz retumbam os nomes, as ideias e até os princípios que cobrira de lama, qualifica-a de ineptas, e sobre elas lançara o anátema. Encosta-se à sombra da árvore que tentara em vão derrubar, finge trabalhar para levantar a estátua, de cujo pedestal minava há pouco os alicerces e finalmente autoriza a

Partido Liberal não ambicionava "o poder pelo bem do povo", e sim, "apenas para satisfazer planos individuais, e levar ao cabo combinações efêmeras, que teriam por resultado, a desgraça do Brasil", devendo estabelecer-se uma reação à esta possibilidade, a qual poderia ser manifestada por meio das urnas, não devendo ficar "o povo desprecavido", nem deixar-se "levar pelas perniciosas palavras de seus refalsados amigos" (18-19 dez. 1868).

O Comercial enaltecia os valores morais demonstrados pelos conservadores ao longo da história brasileira, buscando demonstrar "os serviços prestados ao país" por aqueles "homens eminentes", de cuja "escola política tinham saído os princípios" sempre "aplicados ao progresso do Brasil", realizando "fatos incontestáveis" e promovendo "glórias bem reconhecidas e tão deslumbrantes que apagavam os fracos traços de tudo quanto contra eles se tinha dito" (30/nov. – 1º dez. 1868). Nesse sentido, o jornal censurava as formas de combate político utilizadas pelos liberais, os quais, "para sustentar uma causa pouco sincera, encontravam por únicos esteios a mentira, o insulto e o frenesi das paixões", duvidando "da justiça de um partido que combatia unicamente com vitupérios, inventando e propalando vícios e defeitos que não

---

que lhe sejam aplicadas as palavras do bispo de Reims, batizando Clóvis: *adora, soberbo sicambro, o que queimaras; e queima o que adoravas*; e, se da luta saísse vencedor, o mesmo Partido Liberal, rasgaria envergonhado os panos que tem alinhavado na sua túnica pretexta, ou no lábaro que em torno de si, conta seus efêmeros sectários" (30/11-1/12/1868).

existiam"[4] (7-8 jan. 1869). Segundo a perspectiva da folha, o partido que tolerasse "semelhantes desmandos, perderia o respeito que havia merecido, e a consideração a que tinha direito" (20 jan. 1869).

Ao contrário, o comportamento do Partido Conservador era extremamente elogiado, pois o mesmo "nunca" teria consentido que o caráter de "seus adversários fosse atado ao pelourinho da maledicência ou açoitado pelo insulto" ou que fosse derramado "o fel amargo da mentira" sobre as reputações. Para o periódico, "esta leal conduta" fora "a mais feliz política que convinha seguir", de modo a não se deixar levar pela "pequenez de espírito" e para garantir a "lealdade de suas convicções"; empregando "sempre todo o decoro" e, por isso, merecendo o "acatamento e a confiança pública". Assim, o partido situacionista, "cônscio de sua importância no Império", poderia "sem corar, apresentar-se em todas as crises como a tábua de salvação do Estado", conservando-se "muito acima das

[4] Para corroborar suas asseverações a respeito do modo vil pelo qual os liberais estariam tratando os conservadores por meio da imprensa, a folha citava algumas destas formas de tratamento: "os conservadores são para os liberais, não honestos e leais adversários, porém, tigres sedentos do suor do povo; *Neros* que presenciariam a sangue frio o incêndio da pátria. (...) Os liberais recusam aos conservadores o menor vislumbre de amor da Pátria, de dedicação às suas imortais instituições" (18-19 dez. 1868). *O Comercial* rebatia cada uma das acusações contra o Partido Conservador, criticando os jornais de cunho liberal pela adjetivação utilizada, caindo, por sua vez, em contradição, já que também lançava mão de uma série de qualificativos negativos para traduzir seu pensamento a respeito da agremiação liberal.

tretas", uma vez que, "da luta travada entre os partidos, a lealdade" não deveria ser "excluída e, pelo contrário, desejada ardentemente" (25-26 jan. 1869).

De acordo com o diário comercial, os conservadores tiveram significativa importância desde os primórdios da formação do Estado Nacional Brasileiro, quando teriam garantido a estabilidade das instituições, destacando que "o Partido Conservador, desde a fundação do Império, durante as procelas políticas que haviam assaltado a sua marcha e impedido o seu desenvolvimento", teria se constituído no "único que compreendera com sabedoria e incontestável tino a marcha que lhe convinha seguir e as medidas que deveria adotar para livrá-lo dos excessos que em nome da liberdade", foram cometidos "sempre em detrimento dos povos e do governo". Ponderava o jornal que "a história pátria" havia "conservado preciosamente estas épocas, estes esforços e seus felizes resultados" (10 jan. 1869).

Os enaltecimentos ao Partido Conservador eram confirmados na afirmação de que "em todas épocas", ele havia "sido o paladino das liberdades públicas, o redentor do país", o qual fora lançado pelos liberais "em funestas tentativas para o campo das inovações, que observadas de perto muito se pareciam com aquelas pinturas antigas", as quais muito perdiam "com o verniz que lhes era aplicado, com pouco gosto e exageradas despesas". O partido governista era ainda comparado a um "viveiro que tinha oferecido ao Brasil as necessárias capacidades para dirigir com prudência e sabedoria todos os ramos da administração externa e interna", as quais abririam "o caminho do progresso". Na perspectiva da folha, o Conservador era o único

partido que poderia invocar "o testemunho da história pátria" quando pretendia legitimar sua causa, pois fora "sempre chamado para curar as feridas da Pátria", já que se consistiria no "timoneiro prudente que através dos perigos e dos embaraços" viria guiando "a nau do Estado, livrando-a da guerra civil, da bancarrota e quiçá da separação das partes preciosas que formavam o seu todo" (10 jan. 1869).

Nesse quadro, *O Comercial* promovia acirrada campanha pelos candidatos conservadores, apresentando este grupo como portador de todo o crédito de parte da opinião pública. De acordo com a visão do periódico, não se poderia negar "ao Partido Conservador a força e as simpatias que tinha na maioria do Brasil" e, uma vez "subindo ao poder", fora "saudado pela confiança pública" e as suas fileiras reforçaram-se "com numerosos atletas para disputar no campo eleitoral a vitória aos liberais". Diante dessas afirmativas, o jornal acreditava que "o povo não se deixaria iludir por altissonantes palavras, promessas sempre repetidas e tão poucas vezes cumpridas", levando ao êxito eleitoral a única agremiação que poderia "assegurar no Brasil a tranquilidade e o progresso, sob a égide" constitucional (18-19 dez. 1868).

No mesmo sentido, o periódico afirmava que "ao povo pertencia unicamente ditar a sentença eleitoral", diante do que acreditava que seria feita a justiça para aqueles que teriam "sempre conseguido o progresso do país, sem embalá-lo com falazes promessas, sem acusar sua ignorância, nem ferir seu amor próprio", vindo a apresentar-se "como os únicos que deviam ser escolhidos, para a prosperidade do Brasil" (30 nov. - 1º dez. 1868). De acordo com o jornal,

"fiel às tradições pátrias", o povo não poderia recuar, dedicando "seu sufrágio a favor do único partido" que contribuíra para a benéfica formação da sociedade brasileira, não podendo também esquecer-se de que "seu precioso sangue nunca fora necessário para sustentar uma ideia, uma ambição ou um capricho do Partido Conservador". Dessa maneira, a folha conclamava o povo a consultar sua consciência, mantendo "na urna a dignidade do único partido que sustentava e defendia todos os seus direitos, sem dele exigir algum sacrifício, além da confiança" (10 jan. 1869).

Mais uma vez, a folha mercantil destacava o comportamento ilibado que teria caracterizado a campanha eleitoral promovida pelo Partido Conservador, como uma das causas que faziam desta agremiação a merecedora do apoio popular, apresentando os conservadores como "os cidadãos que respeitavam seus adversários", os quais, por sua vez, só conheciam "o insulto para combater, a grosseria para disputar a vitória eleitoral e as invectivas mais atrozes para advogar sua perdida causa". Para o periódico, os conservadores haviam elevado "tão alto a luta eleitoral, que nem a seus pés chegaria o eco das catilinárias contra eles, seus chefes e seus candidatos, proferidas todos os dias" pelos liberais que, por sua vez, não poderiam, como no caso dos membros do partido da ordem, "desafiar a injúria e pulverizar os esforços de seus ingratos e míseros inimigos políticos" (30 jan. 1869).

Segundo *O Comercial* o Partido Conservador havia galgado sua situação através de serviços prestados e méritos próprios, ao passo que os liberais, quando no poder, só o tinham utilizado para locupletar-se. Considerava, dessa maneira, que os conservadores eram

"os obreiros de sua posição, de sua influência e de seu elevado lugar" o qual ocupavam "na comunidade brasileira, enquanto o Partido Liberal tinha sido sempre o zangão", que vinha devorando aquele "mel, com tanto labor fabricado na colmeia governativa", de modo que ao passarem pelo poder, da "prosperidade nas finanças", os liberais teriam apenas "deixado por herança a miséria e os embaraços" (30 jan. 1869). De acordo com essa convicção, o periódico não só utilizava como argumento a incapacidade administrativa da agremiação liberal, como apelava para uma séria acusação contra a idoneidade da mesma no gerenciamento da máquina e do dinheiro públicos, no intuito de desqualificar ao máximo as candidaturas liberais diante do iminente processo eleitoral.

Na véspera da eleição, o jornal rio-grandino exaltava as qualidades da agremiação conservadora, as quais justificariam o merecimento da confiança pública a ser manifestado nas urnas:

> "Os conservadores têm sido e hão de ser ainda os homens sobre os quais o Brasil aflito tem lançado suas vistas para sair incólume dos perigos ou arriscados passos, em que havia sido levado pelo partido dito liberal, quando se tem achado nestes últimos anos à frente do governo. Os conservadores são aquele viveiro de patriotas para os quais nenhum sacrifício, nenhuma injúria é sensível, quando o país deles reclama o verdadeiro talento administrativo, a verdadeira devotação aos interesses gerais do Brasil. Os conservadores são aqueles gênios modestos, mas sem rivais, que na tribuna tão alto têm elevado o nome brasileiro, na diplomacia o têm feito

> respeitar, aos mercados estrangeiros têm firmado o seu crédito, e nos campos de batalha guiado suas valentes falanges e nos rios e mares inimigos sustentado inabalável seu pavilhão glorioso (...). Os conservadores são aquela massa compacta de homens sinceros, amigos de seu país, que, ouvindo um gemido ou prevendo uma opressão, se reúnem para opor um dique à onda revolucionária, que por repetidas vezes tem querido invadir o Brasil, em nome da (...) ambição e dos interesses particulares de alguns liberais (...).
>
> Neste pequeno esboço (...) nada de novo apresentamos, apenas comprovamos com a verdade, a pouca lealdade dos nossos adversários quando se ocupam com o distinto e patriótico Partido Conservador." (30 jan. 1869)

A 31 de janeiro de 1869, data do sufrágio, o diário mercantil ainda publicava uma mensagem, afirmando que o povo sempre reconhecera "os esforços dos conservadores em prol do aumento material do país e da necessidade de melhorar sua agricultura, indústria e comércio" e não esqueceria "o serviço que por muitos anos tinha recebido e os melhoramentos que deveria esperar de um governo ilustrado, para quem o bem-estar do Brasil, sem abalos, nem tirânicas exigências, era um dever", desde que seguidos "os ditames da Constituição", governando "sempre escudando-se com a lei e a sua inabalável justiça". Passada a eleição, o jornal, certo da vitória conservadora, destacava que "a urna decidira a questão e dissipara todas as dúvidas", as quais não teriam abalado "as crenças dos amigos da lei, do Trono e da prosperidade do país"; diante do que

agradecia ao povo "pela sua firmeza e justiceira conduta" e dava "sinceros parabéns" aos conservadores "pelo seu triunfo que deveria contribuir poderosamente para o bem-estar do Brasil" (6-7 fev. 1869).

Terminado o processo eleitoral, *O Comercial*, após ter concentrado forças no debate político-partidário, retornou a suas práticas essencialmente voltadas às informações sobre o comércio e, a partir de então, até 1880, o jornal adotou uma postura caracterizada por uma alternância que variava desde um abrandamento até um silenciar sobre os assuntos de natureza política, período no qual este tipo de abordagem ocupou um espaço extremamente reduzido nas páginas da folha. Esse comportamento deveu-se, em grande parte, aos reflexos que a veemência dos pronunciamentos partidários havia provocado à publicidade estampada na folha, gerando a necessidade de recuperação na quantidade de anúncios publicados e consequente manutenção de uma das suas fontes de sustentação. De acordo com essa conduta, o periódico voltava a ponderar que estava alheio às lutas políticas que marcavam o cenário partidário brasileiro (6 set. 1871), lembrando a linha editorial adotada nos primeiros anos de sua circulação.

Dessa maneira, foram poucas às vezes nas quais o jornal quebrou a predominância do silêncio político praticado durante a década de setenta e, mesmo quando o fez, seus pronunciamentos direcionavam-se bem mais a enaltecer a obra dos conservadores do que a atacar ou tecer críticas aos liberais, buscando tratar os adversários com certa moderação. Em uma dessas manifestações o periódico comercial intentou, didaticamente, explicar que os mais estáveis ministérios brasileiros foram todos

de ascendência conservadora, dedicando-se, a historiar os feitos de cada um destes gabinetes, ponderando que os ministérios conservadores teriam sido os grandes responsáveis pela manutenção das instituições nacionais, garantindo a estabilidade diante das agitações revolucionárias, bem como pelo caminho de crescimento e progresso que o país estaria passando.

Segundo a folha, a situação conservadora que se manteve no governo durante parte da década de vinte, fora responsável por afastar aqueles elementos que, "tão despóticos no governo quão demagogos na oposição", pretendiam "agitar as paixões revolucionárias", debelando a "Confederação do Equador", além de ter dado os primeiros passos em direção à extinção do tráfico negreiro, através da assinatura de tratado com a Inglaterra (23 abr. 1874). Quanto ao ministério conservador que governara na virada dos anos quarenta para os cinquenta, o jornal apresentava-o como "o governo que com uma mão abafava a Revolta Praieira, e com a outra esmagava o orgulho insensato do ditador argentino (Rosas)", não se descuidando também de tomar providências "sobre um dos males mais graves que afligiam o Brasil e o cobriam de opróbrio perante as nações civilizadas - o tráfico de africanos", promulgando a "Lei Eusébio de Queiroz" (24 abr. 1874).

Ainda com referência aos governos conservadores do passado, o periódico destacava que a administração conservadora de 1853-1857, traduziu o período em que a história brasileira se tornava "notável pela serenidade e contentamento que reinavam em todos os espíritos, pelo rápido incremento ao comércio e demais ramos da indústria nacional, bem como pela abundância quase exuberante de capitais", de modo que

"o país todo descansava tranquilo na inteligência superior e na vontade inflexível que o dirigia"; além disto, "no exterior o nome brasileiro era geralmente respeitado, e as repúblicas do Prata, sempre inquietas e ciumentas", ao reconhecerem "a mão poderosa que enfaixava todas as forças do Império, longe de afrontá-lo, submetiam-se à sua legítima preponderância (24 abr. 1874).

Já quanto à situação conservadora que então ocupava o governo do país, o jornal buscou apresentar as realizações e melhoramentos proporcionados por aquela administração. Na concepção da folha, eram dignos de destaque a Lei do Ventre Livre que, "abolindo a escravidão para as novas gerações ferira de morte esta abominável instituição, ignominioso legado da idade pagã e bárbara"; bem como as "reformas" iniciadas na instrução pública, no sistema eleitoral, na Guarda Nacional e na organização judiciária; a "instauração dos telégrafos elétricos"; as "providências para facilitar a construção de novas linhas férreas nas províncias"; a "reorganização do pessoal e material do exército e da marinha"; a "moderação e energia" com que tratava "a delicada e gravíssima questão política religiosa"[5]; a

[5] Com relação à "Questão Religiosa", o periódico dava integral apoio às atitudes do governo conservador, afirmando que o gabinete "tem procedido em todo o conflito religioso segundo as circunstâncias, sobretudo preocupado com o pensamento de manter inalteráveis os direitos da soberania nacional sem irritar uma luta de consequências temerosas. Como toda política sensata, que não corre atrás de fantasias, mas aguarda a lição dos fatos, ela saberá ocorrer às necessidades, a proporção que elas se manifestarem, e com o remédio que as circunstâncias aconselharem. Confie o país na ação dos

"prosperidade das finanças e do crédito nos grandes mercados europeus"; e o "espírito de justiça e moderação" que estaria norteando as atitudes do governo, ainda que "em relação aos membros dos partidos divergentes" (25 abr. 1874). Assim, o periódico buscava na narração histórica as possíveis razões que justificariam e legitimariam a continuidade dos conservadores no poder.

Mescladas às escassas manifestações de cunho partidário, o diário mercantil publicou diversas declarações invocando a sua natureza apolítica, baseada numa postura de "neutralidade" e "imparcialidade", tendo por objetivo editorial único a manutenção da credibilidade de seus boletins comerciais:

> "*O Comercial* tem verdadeira crença de que os seus favorecedores satisfizeram-se com os esforços pela redação empregados em apresentar os mais certos e verdadeiros trabalhos tendentes ao comércio desta Província. A redação desvanece-se em acreditar que a aceitação dada aos seus boletins comerciais são a mais evidente prova da confiança neles depositada, confiança que procurará não desmerecer.
>
> Alheio à luta dos jogos políticos tem *O Comercial* sido sempre mero espectador nesse vasto e *metternichano* campo, cujos louros colhidos, se lauréis se colhem, nenhum reflexo de glória, progresso ou vantagens trazem para o comércio cujo vasto labirinto percorremos. Ao *Comercial* também tem sido sempre alheio o

---

poderes públicos e a sua confiança não será iludida" (12/12/1874).

> inglório campo em que se debatem os singulares certames das individualidades. Respeita a todos em geral, fincando seu estandarte no ameno e florido campo da neutralidade, tem sido norma de proceder seguida e da qual não pretende afastar-se." (1º jan. 1876)

De acordo com esse espírito as declarações a respeito da política tornavam-se cada vez mais raras. Numa delas, o periódico defendia D. Pedro II das acusações dos liberais a respeito da permanência dos conservadores no poder. Na opinião da folha, "atribuir parcialidade política ao Imperador era negar a história inteira do seu longo reinado", o qual dava "irrecusável testemunho do quanto ele se esforçava para manter incólume o fiel da balança, que em suas mãos depositou a Constituição", considerando que era uma "feia ingratidão por parte dos liberais, que tantas vezes tinham governado o país e cujos direitos e regalias", o próprio Pedro II "nunca hesitara em manifestar o desejo e o empenho de que fossem respeitados e atendidas". Buscando estabelecer um discurso mais ameno, o jornal ponderava que "um partido regular e moralizado, como deveria ser o grande Partido Liberal", teria todo o direito de procurar recuperar o poder através das eleições que se avizinhavam, desde que, para isso lançasse mão de "meios legítimos e decentes"(5 abr. 1876).

Tendo em vista o pretendido comedimento na sua conduta jornalística, o diário comercial criticava os jornais partidários de então, pelos excessos que os mesmos estariam cometendo. Para a folha, "a imprensa política no Brasil ia assumindo uma feição que bem merecia algumas palavras de censura", uma vez que, ao

contrário de exercer a "missão de esclarecer a opinião pública sobre as necessidades do país, não podendo eximir-se ao cumprimento da justiça", o jornalismo político de então estaria utilizando-se de uma "linguagem que só revelava a ambição e o ódio preparando-se para a almejada explosão", que, por si só já seria lamentável, uma vez que "de uma fonte purulenta não brotaria jamais o progresso". Defendo os princípios conservadores de reformas graduais, o periódico explicava que "a reforma dos princípios políticos" não poderia "ser proclamada sem o estudo refletido das circunstâncias" vividas pelo país, consistindo-se os situacionistas nos "únicos capazes de levá-la ao término da glória" (30 jul. 1876), combatendo, assim, os jornais liberais e republicanos[6], os quais

[6] Quanto aos republicanos, a folha afirmava que estes pretendiam "mudar a forma de governo, transformar os costumes nacionais. Nesta propaganda iam negando a justiça devida aos adversários; fomentando a discórdia entre os partidos constitucionais, tentando subverter a ordem social. (...) Nenhuma garantia, pois, pode oferecer o grupo republicano ao povo brasileiro que cada vez mais se convence que só a monarquia dar-lhe-á o que deseja. Quanto ao Partido Liberal, esse vai levando uma vida inglória. No seu programa político não há unidade, seus chefes não se compreendem e em pouco se distinguem dos republicanos. Querendo tudo que estes querem, com dificuldade escondem o pouco valor que dão a substituição da monarquia pela república. (...) Diante desta incoerência do Partido Liberal, levanta-se o Partido Conservador, aqui não existem esses interesses mesquinhos de personalidades (...). A doutrina da escola conservadora é sustentada em toda sua inteireza por todos os membros (...). Estes fatos obrigam-nos a pensar que só os

exigiam maior rapidez nas mudanças promovidas no país.

Diante da inversão partidária de 1878, com a ascensão dos liberais ao poder, o jornal rio-grandino optou pelo silêncio com relação aos fatos imediatos à queda dos conservadores, e, mais tarde, voltaria a definir-se como "inteiramente alheio à política do país" e, uma vez que não "tinha partido" e que a sua única norma de atuação seria a de "atender aos interesses da Província e do comércio", considerava que "todo governo era bom, contanto que atendesse às necessidades do país e ao bem público". Dessa maneira, a folha buscava demonstrar que ao invés de imiscuir-se nos debates partidários, estaria mais preocupada com as necessidades materiais da Província e da cidade do Rio Grande, reivindicando que viessem "as tão prometidas modificações na tarifa especial cuja demora tanto tinha prejudicado o comércio", bem como a instalação das ferrovias. Segundo o periódico, o resto não passava de "divagações que nada adiantavam", uma vez que delas não resultava "utilidade alguma", não querendo envolver-se "em suas discussões porque não valia a pena" (20 jun. 1878).

Além de não buscar um confronto direto com o Partido Liberal, então senhor absoluto do governo tanto no contexto nacional quanto regional, a folha optara por silenciar quanto aos assuntos políticos, tendo em vista suas constantes tentativas de manter uma de suas reservas de sustento representada pela divulgação de

---

conservadores fazem política de princípios, política que engrandece seus adeptos, porque nela não há o jogo da ambição, nem o interesse das más paixões" (30 jul. 1876).

publicidade, a qual passava por profunda instabilidade. Diante dessa perspectiva, o jornal colocava-se como mero observador que, à distância, acompanharia as atitudes dos governantes liberais, "continuando a guardar sua neutralidade entre os partidos". Manifestava, no entanto, o desejo de que o ministério liberal organizasse um "governo mais nacional do que partidário", pois só deste modo conseguiria obter "a confiança da nação, sem a qual não lograria a vitalidade e vigor de que careciam os governos de países livres, para terem força e ação"[7] (1º abr. 1880).

A partir de junho de 1880, foram dados os primeiros passos que anunciavam uma nova fase do *Comercial*. Tendo em vista a doença de Francisco de

[7] Ainda que se propondo a ficar alheio aos assuntos políticos e colocar-se como mero espectador da administração liberal, o jornal realizaria, mesmo que de forma mais amena, algumas censuras aos governantes, concentradas na asserção de que os liberais, enquanto oposição propunham um programa radicalmente reformista, ao passo que, no poder, este pensamento era deixado de lado. Afirmava a folha: "Não somos inclinados aos vastos e pomposos programas, com que os partidos costumam granjear a opinião, quando estão fora do poder. Quiséramos vê-los mais comedidos e discretos em suas promessas, para não se acharem nas circunstâncias do Partido Liberal que, na oposição, tendo formulado extenso programa de reformas, ao entrar para o governo, foi forçado a renunciá-las (29 abr. 1880). Na mesma linha, escreveu: "Assistimos a um fenômeno singular. Depois de longos anos de um governo conservador chegam ao poder os estadistas liberais, e no país faz-se à volta deles um vazio ainda maior do que se fazia em torno dos conservadores" (22 maio 1880).

Paula Cardoso Filho[8], a responsabilidade pela redação do jornal passou a ser atribuída a diversos colaboradores, dentre eles, Alexandre Bernardino de Moura que viria a ser o futuro responsável direto pela folha. Alexandre de Moura já tinha larga experiência ligada às atividades jornalísticas, tendo desempenhado a função de redator no *Eco do Sul*; atuou também como jornalista em Porto Alegre, sustentando a causa conservadora; era advogado e chegou a ser nomeado promotor público na capital da Província. Militante do Partido Conservador, tendo inclusive lançado candidaturas por esta agremiação, este jornalista promoveria, paulatinamente, uma nova entrada do *Comercial* na discussão dos assuntos políticos.

As manifestações de cunho político-partidário não se tornaram muito numerosas durante o segundo semestre de 1880, passaram, no entanto, a ser mais diretas e incisivas, como na crítica estabelecida quanto ao predomínio absoluto do Partido Liberal diante de eleições à Assembleia Provincial, denunciando o "exclusivismo político" praticado por aquele partido. Para o jornal, "a subserviência do eleitorado levada ao extremo rigor", fato que se estaria observando na Província, consistia-se em "um mal gravíssimo, que convinha extinguir", uma vez que, "nos corpos deliberantes coletivos, principalmente políticos, a oposição, a divergência de ideias era de indeclinável

[8] Na edição de 14-15 jun. 1880 o periódico publicava o seguinte aviso: "Achando-se o proprietário deste jornal doente e de cama, sendo o serviço desta folha feito por obsequiosidade de alguns amigos, espera-se que sejam relevadas algumas faltas que apareçam".

necessidade", pois destas nasceria "a discussão, fazendo-se por esta a luz"[9] (28 ago. 1880).

Dessa forma, o periódico explicava que "as oposições em lugar de obstarem, auxiliavam a direção mais conveniente da sociedade", corrigindo "os abusos do poder". Estabelecendo uma comparação, afirmava que "um corpo coletivo sem oposição" poderia "ser equiparado ao painel ou à pintura sem sombras ou à música sem cadência", considerando que não era "admissível um governo representativo sem oposição, divergência ou choque de opiniões políticas". Assim, a folha proclamava que "cumpria ao eleitorado do Rio Grande emancipar-se da tutela odiosa e exclusivista dos chefes" do Partido Liberal, "votando livremente nos candidatos que mais se recomendassem por seu patriotismo, dedicação à causa pública, saber e virtudes" (28 ago. 1880). Com essas convicções, o jornal retomava alguns dos elementos constitutivos do conflito

[9] Sobre o mesmo assunto, o periódico afirmava: "Pertence ao domínio da publicidade a lista organizada pelo diretório do Partido Liberal dos nomes" para concorrer à deputação provincial. "Sem descermos à discussão de nomes, apreciaremos esta lista. O diretório liberal não quis que se pudesse dar nem vislumbre de oposição no seio da representação provincial a eleger-se. (...) As chaves de todas as válvulas respiratórias foram trancadas, quer à oposição, representada pelos naturais adversários, quer à própria dissidência liberal". Desta forma, "as nossas assembleias provinciais estão transformadas em clubes políticos, nos quais a palavra tem extraordinária extração, e as ideias práticas e medidas de interesse geral, por nada se traduzem. E é essa uma das causas de decadência de todas as províncias do Império" (13 out. 1880).

discursivo, que visava promover a valorização dos conservadores, agora oposicionistas ao governo liberal.

Em janeiro de 1881, Alexandre Bernardino de Moura assumiria direta e oficialmente a redação da parte política da folha. Em artigo intitulado "Aos nossos assinantes e leitores", o periódico anunciava que "há sete meses, passava o jornal por uma transformação, tomando a si a direção e redação da parte política e noticiosa" o jornalista Alexandre de Moura, apresentado como "conhecido escritor que tinha dedicado aos labores da imprensa a máxima parte dos anos de sua existência". Permanecia, porém, ao encargo de Francisco de Paula Cardoso Filho, "a redação da parte comercial, administração e direção econômica da empresa" (1º jan. 1881). Com essa divisão de funções, tentava-se dissociar, como frações excludentes e não inter-relacionadas, as partes política e comercial da folha, argumentando-se que permaneceria o caráter imparcial e independente politicamente, pelo menos no que se referisse à seção mercantil[10]. O jornal intentava, dessa maneira, garantir

[10] A este respeito, o jornal afirmava: "Entra hoje o *Comercial* no seu 24º ano de existência, tendo atravessado esse não curto período, sempre bafejado pelo favor da classe indicada pelo seu título, que lhe tem permitido manter-se vencendo as dificuldades com que lutam empresas de semelhante natureza". Apesar das mudanças na sua redação, a folha buscava garantir que "o seu passado era sólida garantia do presente e do futuro", de modo que sua conduta seria mantida, trilhando "a senda da imparcialidade e observando escrupulosa moderação, decência de linguagem e religioso respeito à vida privada dos cidadãos, pronunciando-se sem distinção de classes, condições ou ideias políticas" (1º jan. 1881).

que as suas informações de natureza comercial, ao permanecerem supostamente isoladas do debate político, continuassem contando com a credibilidade de parte do público leitor.

Os debates sobre assuntos políticos foram evoluindo quantitativamente de forma progressiva entre 1881 e o primeiro semestre de 1882. A respeito da discussão política então em voga relacionada com a questão da reforma eleitoral, o jornal buscou demonstrar o papel dos conservadores na promulgação desta legislação. Segundo a folha, ao "Partido Liberal coube o glorioso encargo de promovê-la", porém disto não se poderia "deduzir o cunho liberal a tão importante medida", uma vez que, naquela reforma "o princípio liberal achava-se consorciado ao princípio conservador". Explicando a evolução histórica pela qual passara o projeto de mudanças na lei eleitoral, o periódico destacava a contribuição da agremiação conservadora para o aperfeiçoamento da ideia de alteração nas regras do processo eleitoral, e concluía questionando: "Como considerar-se, nesse caso, a reforma a tradução única do pensamento liberal?" (22 jan. 1881).

Ainda com relação à lei eleitoral, o diário mercantil confirmava a participação dos conservadores na elaboração de seus preceitos e sugeria que era o Partido Conservador e não a agremiação liberal, o responsável pelas grandes reformas realizadas no país:

> "Estudados os dois partidos políticos brasileiros, Liberal e Conservador, em suas tendências e atos, nos últimos anos, reconhece-se que uma lenta transformação começou a operar-se e caminha progressivamente a completar-se.

> Nos últimos dez anos de domínio conservador, realizou este partido as mais importantes reformas liberais. Elevados ao poder os adversários, estes, promovendo a maior aspiração (...) da sociedade brasileira, reformando o nosso sistema eleitoral, fez prevalecer nesta reforma os princípios conservadores (...). E tanto assim é, que os mais proeminentes vultos do Partido Conservador concorreram para traduzir-se em lei essa reforma; e, isso conseguido, a aplaudem e esperam de sua experiência brilhantes resultados. Se os conservadores, no período de seu domínio caminharam para os adversários, promovendo reformas consignadas no programa liberal; os liberais, por sua vez, senhores do poder, na primeira reforma que realizaram, dão-lhe o colorido conservador[11]." (8 out. 1881)

Analisando as "candidaturas liberais e conservadoras", o periódico comparava as atitudes dos

[11] Quanto à reforma eleitoral, o jornal chegou a censurar a atitude dos periódicos conservadores que haviam criticado a nova lei e reforçou o seu propalado caráter apartidário: "Como há causas sacrificadas por aqueles que dizem patrociná-las; há imprensas políticas que comprometem o partido que representam. Se estivéssemos filiados ao partido cuja imprensa assim procede, protestaríamos, ressalvando a respectiva responsabilidade. Sem ligações, quer com liberais, quer com conservadores, aplaudimos, possuídos de júbilo e entusiasmo, convencidos de seus benefícios e proveitosos efeitos, a reforma eleitoral, tal como foi convertida em lei do país, rendendo os merecidos louvores a liberais e conservadores que incorreram para sua realização" (22 jan. 1881).

líderes partidários provinciais para a escolha dos candidatos, demonstrando ser inteiramente favorável à conduta da liderança do Partido Conservador. Na perspectiva do jornal "o chefe liberal apresentava e recomendava, ou antes impunha" os seus correligionários que simbolizassem "a dedicação sem limites à sua pessoa", ao passo que "o chefe do Partido Conservador", não procurara "impor a sua vontade ao eleitorado", nem se deixara guiar "pelas afeições pessoais". Aplaudindo a atitude do líder conservador, a folha criticava o "autocrata liberal", acusando-o de ter percorrido "os municípios da Província, incitando seus correligionários, designando os candidatos do partido e impondo a aceitação dos designados" (2 out. 1881).

Uma das grandes preocupações do jornal referia-se à necessidade de uma maior coesão interna dentre os sectários do Partido Conservador. Na opinião da folha comercial não deveria haver "concorrência ou antagonismo entre correligionários", já que "o espetáculo da luta fratricida, entre aqueles que comungavam os princípios da autoridade e as ideias de ordem", levaria à derrota da agremiação. Dessa forma, uma vez "aceitas as candidaturas dos membros do partido que tinha por legenda a ordem e a realização de reformas refletidas", deveriam todos os conservadores propugnarem por aqueles, levando em conta "a uniformidade e a união na batalha eleitoral" (2 out. 1881). A pregação pelo fim das dissidências dentro do Partido Conservador tornou-se um dos cavalos de batalha do periódico, que utilizava, como palavra de ordem, o ditado popular "da união nasce a força", ponderando que a única forma de combater os liberais

seria através da unificação no interior das fileiras conservadoras.

No primeiro dia de janeiro de 1882, *O Comercial* explicava que a sua nova fase, na qual entrara desde 1880, estaria contando com ampla aceitação pública, proclamando que isto se devia ao fato do mesmo continuar a ser um dos representantes da imprensa "séria". Afirmava que, desde que passara "por completa transformação em sua redação, com exceção da parte exclusivamente mercantil", não teria feito "desmerecer o favor público". Para a folha, essa suposta receptividade fora motivada pela publicação em suas páginas de "todos os assuntos de interesse social, envolvendo-se mesmo no terreno da política", sobre a qual argumentava que havia se mantido "respeitosa e decente na discussão", de modo que "a injúria, a calúnia, a demolição de caráteres ou a difamação" não estariam encontrando "guarida em suas colunas", só levando em frente os "interesses de ordem pública".

Ainda assim, nos primeiros meses de 1882, o jornal manteve seus pronunciamentos políticos destinados a censurar as atitudes dos governistas liberais e defender o Partido Conservador. Nesse quadro, a liderança máxima do Partido Liberal rio-grandense seria alvo de contumazes críticas de parte do periódico, como a realizada em 8 de fevereiro de 1882, na qual Gaspar da Silveira Martins era apontado como um político infiel aos ditames de seu partido, promovendo suas ações tendo por norte apenas a satisfação de seus interesses de poder pessoal e sendo contraditório em cada uma das posições que havia ocupado:

> "Analisamos as incoerências do chefe liberal rio-grandense, apontamos seus erros na direção do partido que lhe obedece, frisamos os desgostos que lavram nas fileiras desse partido e fizeram operar a cisão, esforçamo-nos em provar que, estudados em seus atos, o Conselheiro Silveira Martins, por estes torna-se a negação completa das ideias que proclama, dos princípios políticos que diz professar. Declarando o governo simples comissão executiva do parlamento, entendeu que o mesmo parlamento devia estar subordinado ao governo, abdicando neste toda e qualquer iniciativa. Adversário do princípio da autoridade, elevado à posição de ministro, proclama que o poder é o poder! Asseverando ser a lei a garantia dos direitos dos cidadãos (...) erige, no entanto, em princípio - que a autoridade tem o direito de saltar por cima da lei! (...) Liberal no nome, é o Conselheiro Silveira Martins, pelos atos, a antítese dos princípios liberais. Combatemos os desmandos do chefe de partido, os erros e incoerências do político, as inconveniências do ex-ministro, os tristes exemplos fornecidos por um senador do Império e os desvios do homem público".

Mantendo ainda um certo caráter doutrinário, em abril de 1882, o diário comercial conclamava os conservadores a lutarem pela manutenção da integridade do partido, evitando novas cisões e intentando eliminar as já existentes. O jornal apontava para a necessidade da união dos correligionários do "partido da ordem", devendo agrupar-se "todos os soldados da milícia conservadora à sombra da bandeira do partido"; uma vez que fora com disciplina e

organização interna que o Partido Liberal chegara ao poder[12], o que se tornaria um fato cada vez mais inviável para a agremiação conservadora, onde "contemplava-se o deplorável espetáculo da mais completa anarquia". Desse modo, exigia que fossem excluídos "das fileiras do partido os motores dessa anarquia", afastando "os políticos, ou antes, partidários, díscolos, egoístas, interesseiros, dominados por ilegítimas e inconfessáveis ambições", que significavam "verdadeiros pomos de discórdia no seio do partido" (22 abr. 1882).

As discordâncias internas do Partido Conservador acabariam por tornar-se um dos motores para uma profunda mudança no comportamento editorial da folha rio-grandina, tendo em vista os interesses eleitorais do redator de sua parte política. Ao final de junho de 1882, Alexandre Bernardino de Moura lançou sua candidatura à vereança municipal rio-grandina, mesmo que filiado à agremiação conservadora, ele se propunha a não representar "esta ou aquela ideia política", e sim, ser um "intransigente propugnador dos interesses e melhoramentos do município" (23 jun. 1882). Essa postura já era um indício das dificuldades que o jornalista enfrentava junto a seus correligionários, demonstrando as cisões no interior do

[12] Por diversas vezes o jornal destacou o exemplo do passado liberal, que, dividido, foi apeado do poder e, na oposição, organizara-se e tornara-se forte, de forma contrária ao que estaria acontecendo com o Partido Conservador. Segundo a folha, a derrubada do Partido Liberal, em 1868, devera-se ao mesmo estar "esfacelado pela luta com suas próprias fileiras", porém, as mesmas, "após a queda se tornaram disciplinadas e compactas, obedecendo às vozes de comando" (22 jan. 1881).

partido e uma certa decepção com este estado de coisas, que Moura deixaria transparecer nas páginas do jornal sob a sua redação.

Essa situação tornou-se ainda mais grave quando, após a derrota nas eleições para vereador, Bernardino de Moura intentou lançar-se como candidato do Partido Conservador à Assembleia Provincial. As lideranças conservadoras locais negaram o apoio à candidatura do jornalista e, a partir de então, *O Comercial* passou a constituir um jornal de combate político-partidário, sendo publicada quase que diariamente uma série de artigos denominados "Manifesto aos meus amigos e correligionários", nos quais o redator/candidato buscava explicar a sua versão para os fatos que circundavam àquela agitada candidatura. Estes manifestos foram publicados até o final de 1882, de modo a praticamente tomar conta das páginas do periódico, o qual, cada vez mais, abandonava a sua conduta editorial original.

Os manifestos tinham por objetivo legitimar a candidatura do redator, apontando para os "serviços e dedicação à causa conservadora" que o mesmo afirmava ter prestado ao longo de toda sua vida pública, chegando a "sacrificar-se" profissional e financeiramente para satisfazer os interesses do partido (13 set. 1882), destacando que houvera momentos em que chegara a ser o único jornalista a manter uma "imprensa pronunciadamente conservadora na Província" (23 set. 1882). Desenvolvia-se então no jornal uma longa narração da carreira pública e jornalística de Moura, nas cidades de Porto Alegre e Rio Grande, procurando justificar a sua aspiração eleitoral e apontar para a incoerência que estaria caracterizando a atitude dos

líderes conservadores locais ao recusarem a candidatura do jornalista exatamente pelo distrito onde estava o "seu" jornal, pelo qual poderia sustentar seus intentos, vindo a ser preterido por um outro candidato que "nada fizera" pela agremiação conservadora (20 set. 1882).

Ficava expresso nas páginas da folha comercial o processo de instabilidade e desagregação interna pelo qual passavam os conservadores. Segundo o jornal, das cisões conservadoras nascia "o domínio liberal na Província", originado a partir "da desmoralização do Partido Conservador" que estaria também "indisciplinado e anarquizado" (13 set. 1882). E "mais funda se tornava a desmoralização e a anarquia pela troca de insultos e injúrias e pela completa demolição dos caracteres" (14 set. 1882). Sob a perspectiva do periódico, "a discórdia que lavrava no seio do Partido Conservador crescia de intensidade" (22 out. 1882), uma vez que o mesmo deixara-se dominar "pela difamação desbragada dos seus próprios correligionários", bem como estaria predominando nas suas fileiras "a injúria e a fraseologia que faria inveja aos frequentadores de bordéis", gerando um "sentimento de nojo" de parte dos espectadores. Para concluir, o jornal vaticinava que ao destino dos conservadores na Província só restara a frase pronunciada pelo "poeta italiano ao transpor o círculo fatal do inferno: *lasciate ogni speranza*" (11-12 dez. 1882).

Desse modo, nos últimos meses de 1882, *O Comercial* serviu apenas para satisfazer os interesses pessoais de seu redator político, chegando a lançar mão de uma linguagem que não mais lhe conferiria o caráter de representante da imprensa séria, um dos atributos que a folha diária intentara manter durante toda a sua existência. Nem mesmo a separação entre as partes

"política" e "comercial", serviu para manter a credibilidade do jornal que sofreu graves prejuízos a partir da conduta praticada por ocasião da sustentação de uma renhida ambição pela disputa pré-eleitoral[13].

Diante desse quadro de dedicação praticamente exclusiva a querelas e paixões políticas, utilizando-se de um palavreado que não poupava individualidades, o periódico se via cada vez mais na condição de perder as suas fontes de sustentação. Dessa forma, agravava-se uma crise que tivera os seus primórdios ao final da década de sessenta, desde quando o jornal não conseguiu mais manter uma regularidade no número de anúncios publicados em suas páginas, além disso, a partir do final dos anos setenta, até mesmo as informações expressas nos boletins comerciais da folha, o carro chefe das suas edições, começaram a ser contestadas pelos demais diários, chegando alguns deles a assumir a responsabilidade pela elaboração e divulgação daqueles dados, promovendo uma ainda mais direta concorrência com *O Comercial*. Nesse

[13] O próprio redator chegou a reconhecer os efeitos negativos que seus manifestos pessoais estavam trazendo à folha, mesmo assim, optou por prosseguir na publicação daqueles veementes pronunciamentos: "Embora longo e fastidioso aos leitores este trabalho, tenho necessidade ainda de consignar as causas que me colocaram em desinteligência com três ou quatro improvisadas influências ou chefes do Partido Conservador desta cidade, *mineiros* políticos, trabalhando nas trevas" (27/9/1882). "Dispondo das colunas de um jornal, cuja redação nos está confiada, ao nos ocuparmos de nossa individualidade e manifestarmos uma nobre aspiração, recorremos às colunas livres de que dispomos, formando os escritos, com o nosso obscuro nome" (9-10/10/1882).

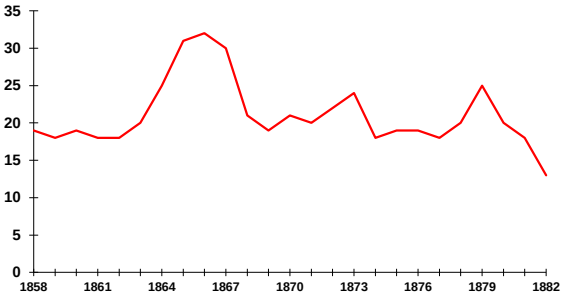
contexto, a incursão no terreno das ferrenhas e apaixonadas disputas político-partidárias viria a prejudicar ainda mais a já difícil situação do periódico, o qual a partir de 1882, perderia a maior das qualidades dos jornais diários de então, ou seja, a garantia de uma regularidade na sua circulação. Assim, o jornal não viria a desaparecer de todo, mas conseguiria somente arrastar uma irregular existência por um breve período.

Para essa decadência da folha contribuiu o fato de que ela carecia fundamentalmente das assinaturas como forma de sustento, tanto que, por este motivo, pouco alterara o preço das mesmas durante a sua existência, buscando, assim, garantir a manutenção dos seus favorecedores. Dessa maneira, em 1858, o custo das assinaturas era de 16$000, para a anual; 9$000 para a semestral; e 5$000 para a trimestral. A única alteração de preços ocorreu em janeiro de1862, quando, por ocasião de um aumento no formato, o custo elevou-se para 18$000 (ano), 10$000 (semestre) e 6$000 (trimestre). De acordo com estas cifras, o jornal comercial mantinha um preço equilibrado com o das demais folhas diárias, porém, sua qualidade tipográfica e editorial era reduzida em comparação com os outros diários rio-grandinos, uma vez que *O Comercial* em diversos momentos praticou o denominado jornalismo de "cola e tesoura", limitando-se a transcrever e reproduzir as notícias de outros periódicos, continuando a entabular esta prática na década de oitenta, quando os demais diários rio-grandinos estavam passando por uma de suas fases de maior organização editorial. O grande mote de atração da folha mercantil eram seus boletins comerciais, perdida a credibilidade nestes, o jornal

perdia também grande parte de sua seiva de sustentação.

A importância da venda dos exemplares para a manutenção da sobrevivência da folha pode ser traduzida a partir da irregularidade e escassez na publicação de anúncios, como demonstra o seguinte gráfico:

Média anual dos anúncios publicados diariamente pelo *Comercial* entre 1858 e 1882



Durante a primeira década de existência, o periódico passou por uma fase de regularidade e afirmação quanto ao número de anúncios que passariam por um incremento por ocasião da Guerra do Paraguai, a qual, gerando maior interesse pela leitura das notícias, promovia um consequente aumento na quantidade de publicidade nas edições da folha. No período entre 1868 e 1869, quando o jornal adotou uma postura abertamente partidária, buscando sustentar o partido situacionista, a quantidade de anúncios teve um radical declínio. A partir de então, o diário comercial não mais recuperou

uma regularidade na colocação de publicidade em suas páginas e, apesar de uma breve recuperação ao final dos anos setenta, o número de anúncios decairia de modo constante, mormente a partir da retomada das discussões políticas em 1880. Em 1882, ano no qual o jornal fez os mais apaixonados pronunciamentos políticos, a quantidade de anúncios publicados atingiu o mais baixo índice da existência do jornal, prenunciando a sua crise final.

Quanto à construção do discurso político-partidário o jornal alternou momentos de ampla discussão dos assuntos políticos, com fases de uma pretendida neutralidade e imparcialidade, ou ainda com etapas de silêncio a respeito dos debates daquela natureza, intentando agir como a maior parte das folhas diárias de então, buscando um equilíbrio entre os interesses comerciais e a aberta exposição de suas convicções partidárias e políticas. Nos seus primeiros anos, a folha censurou as coligações partidárias que, segundo a sua concepção eram movidas apenas por interesses eleitoreiros e momentâneos, defendendo a necessidade da pureza de princípios que só seria atingida através do jogo partidário entre liberais e conservadores; já demonstrava, no entanto, uma certa aproximação com o ideário deste agrupamento político.

A partir da inversão partidária de 1868, *O Comercial* viria a apresentar-se como um dos arautos do pensamento e das práticas do partido da ordem o qual promoveria, segundo a concepção daquele, o engrandecimento do país progressivamente, dentro das normas constitucionais, sem precisar apelar para atitudes que colocassem em risco a integridade das instituições nacionais, como era no caso da conduta dos

inimigos liberais, revolucionários e subversivos por natureza, de acordo com a opinião do jornal. A partir de 1869 o periódico tendeu a suavizar seu discurso político, colocando-se numa posição de doutrinário, que discutia ideias e valorizava o "valor histórico" do partido ao qual estava filiado, ou ainda de neutralidade, aproveitando a estabilidade dos conservadores no poder. Mesmo após a ascensão dos liberais, em 1878, o jornal adotou uma postura inicialmente apolítica, porém, a partir dos anos oitenta, retomaria a discussão em prol da agremiação conservadora. Já o debate político, promovido durante o segundo semestre de 1882, ainda que realizado sob a visão da emoção e do despeito do redator, traduziu as circunstâncias em que vivia o Partido Conservador no Rio Grande do Sul de então, fragmentado e enfraquecido pelas disputas internas.

O desequilíbrio entre os interesses comerciais e a veemência na exposição das ideias político-partidárias foi um dos elementos constitutivos mais importantes para determinar a decadência do *Comercial* durante a década de oitenta, exatamente quando a imprensa rio-grandina passava por uma de suas mais brilhantes fases. Enquanto se manteve como um jornal essencialmente comercial, cujo objetivo era prestar informações sobre movimento portuário, entradas e saídas de navios da Barra, valor das mercadorias e variações no câmbio, o jornal garantiu sua sobrevivência, mesmo quando deixou transparecer abertamente sua postura partidária. Porém, perdida a credibilidade nos boletins comerciais e passando a servir quase que unicamente a interesses políticos individuais, o diário mercantil perdera seu

norte editorial e tornou-se inevitável o caminho para o seu desaparecimento[14].

[14] Publicado originalmente em: *Indústria e comércio na cidade do Rio Grande: estudos históricos*. Rio Grande: FURG, 2001. p. 9-37.

Visões do Governicho no seio da imprensa rio-grandina

A situação política do Rio Grande do Sul nos primeiros tempos após a proclamação da República foi caracterizada por uma ampla instabilidade, fruto das disputas partidárias e individuais pelo controle do aparelho do Estado, em um processo que, de modo crescente, resultaria em grave crise institucional representada pela Revolução Federalista. Os republicanos históricos, liderados por Júlio de Castilhos, após 15 de novembro de 1889, foram, gradualmente, assenhorando-se do poder e promovendo um expurgo dos adversários políticos e, mesmo dentre os partidários, dos elementos não ligados diretamente a tal liderança. Mais do que montar uma estrutura que lhes garantisse a continuidade no controle do governo, os castilhistas passaram a desenvolver dispositivos institucionais, legais, eleitorais e repressivos que não deixavam nenhuma margem para que os grupos excluídos tivessem qualquer chance de desalojarem aqueles do poder. Tal exclusivismo político, centrada na figura de Castilhos, gerou uma ferrenha oposição representada pelos seguidores dos antigos partidos imperiais, notadamente os liberais, pelos republicanos de última hora e até mesmo por históricos que formaram uma dissidência ao castilhismo. Na ascensão de Júlio de Castilhos e seus sectários ao poder no Rio Grande do

Sul, o golpe de Estado perpetrado pelo primeiro Presidente da República, Deodoro da Fonseca, fechando o Congresso Nacional, teria um papel decisivo, pois, tendo em vista a relutância de Castilhos no apoio ao golpe, a agitação tomou conta do Estado em novembro de 1891, em um movimento que viria a promover a derrubada, ainda que temporária, dos castilhistas nos cargos de mando.

Tal movimento rebelde, que à época ficou conhecido como Revolução de 8 de Novembro, atingiria um de seus objetivos, ao derrubar Castilhos e, pouco depois, chegaria a seu outro intento, com a renúncia de Deodoro. A atitude de Júlio de Castilhos provocaria novas dissidências em seu partido. E foram os dissidentes republicanos que exerceram papel decisivo no interregno de afastamento dos castilhistas do poder, entre novembro de 1891 e junho do ano seguinte, período que estes, pejorativamente, denominaram de "Governicho". Desde a deposição de Castilhos, o governo foi exercido por uma junta formada por Assis Brasil, Barros Cassal, Manoel Luís Osório e pelo general Domingos Barreto Leite, até 17 de novembro, quando a administração passou a ser exercida somente por este último. Era o início da ascendência dos dissidentes no governo do Estado, tendo em vista a influência de Barros Cassal sobre Barreto Leite, chegando aquele a ser nomeado vice-governador e chegando a ocupar interinamente o cargo de governante máximo do Estado.

O governo da dissidência republicana iria caracterizar-se por uma série de contradições advindas das próprias idiossincrasias daquele delicado momento político da vida rio-grandense. Logo de início, os dissidentes buscaram afastar a influência dos liberais do

governo, virando as costas aos companheiros de oposição e de rebelião da véspera, e cujas lideranças ainda eram fundamentais para qualquer mobilização eleitoral. Na busca de legitimar-se no poder, o governo marcou eleições para a formação de uma "Convenção Rio-Grandense", porém, tendo em vista o constante clima de tensão e crise política, esse pleito foi por diversas vezes adiado, aumentando a insatisfação para com os governantes. As *derrubadas* dos adeptos do castilhismo dos cargos públicos e uma tentativa de sedição dos castilhistas, em fevereiro de 1892, tornariam ainda mais instável a conjuntura política rio-grandense, descambando as ações para uma violência desmedida. Nesse quadro, os detentores do poder adotaram uma série de medias de repressão, inclusive com relação à imprensa. Os líderes do Governicho chegaram a dotar o Estado de uma "constituição provisória", bastante parecida com a castilhista, justificando tal atitude pela impossibilidade de convocar as eleições à "Convenção".

O retorno de Gaspar Silveira Martins do exílio, em fevereiro de 1892, promoveria nova reviravolta no quadro político-partidário rio-grandense-do-sul. com a volta de seu líder, os liberais afastaram-se mais decisivamente da aliança com a dissidência republicana, revelando-se o quanto era tênue o acordo entre os parlamentaristas liberais e os dissidentes presidencialistas. Reunindo-se no Congresso de Bagé, em março de 1892, representantes dos antigos partidos imperiais, sob o predomínio dos gasparistas, lançaram as bases de uma nova agremiação, o Partido Federalista, cujas propostas eram diametralmente opostas àquelas implantadas no Rio Grande do Sul de acordo com o modelo castilhista. A fundação do Partido Federalista

revigorou a oposição liberal, porém representou um significativo fator para o colapso do Governicho. Em progressivo declínio, tendo em vista suas próprias incoerências, o governo da dissidência republicana teve a sua crise ainda mais agravada, ao enfrentar as críticas e o combate não só dos castilhistas, mas também dos federalistas. Pressionados de ambos os lados frente ao iminente desastre, em junho de 1892 os dissidentes passaram o governo ao visconde de Pelotas, que ainda tomaria diversas medidas no intento de salvar a situação.

No entanto, a 17 de junho de 1892 dava-se o levante dos castilhistas, em operação planejada e organizada que atingiria seus objetivos com eficiência. No mesmo dia, Júlio de Castilhos foi recolocado no governo do Estado, passando o cargo em seguida para o deputado Vitorino Monteiro, que deveria organizar novas eleições. João Nunes da Silva Tavares, a quem o visconde de Pelotas passara o governo, ainda tentou reagir, mantendo um governo paralelo na cidade de Bagé. Tal resistência, porém, não durou além de 4 de julho, quando, diante da intervenção do Exército Nacional, Silva Tavares dispersou suas forças. A eficácia do contragolpe dos seguidores do castilhismo deveu-se em grande parte ao apoio do governo federal. Entre apoiar os castilhistas, adeptos do presidencialismo, ou os federalistas, defensores do parlamentarismo, Floriano Peixoto decidiu-se pelos primeiros, atitude que iria manter durante todo o período de convulsão no Rio Grande do Sul e que seria decisiva para os destinos da mesma. Após o retorno dos castilhistas, a revolução tornara-se um processo irreversível. A instabilidade política característica desse período traria profundos

reflexos junto à imprensa gaúcha e, em especial, à rio-grandina, uma das mais tradicionais da conjuntura rio-grandense de então. Desse modo, o jornalismo viria a ser um elemento de significativa importância na propagação dos discursos das várias frentes partidárias em disputa no período, e, na cidade do Rio Grande, o Governicho traria diferentes formas de reação, ora críticas, ora de apoio, e essas repercussões encontraram eco nas páginas dos jornais rio-grandinos[15].

---

[15] Sobre o período em estudo, observar: VILLALBA, Epaminondas. *A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia., 1897. p. 22-23.; MORITZ, Gustavo. *Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul 89 - 90 - 91*. Porto Alegre: Tipografia Thurman, 1939. p. 259-308.; FRANCO, Sérgio da Costa. O sentido histórico da Revolução de 1893. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1962 (quinta série). p. 200-201.; FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra Civil de 1893*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993. p. 30-36.; LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 51-57.; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 79-83.; TRINDADE, Hélgio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 135-142.; TRINDADE, Hélgio. *Poder Legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul (1891-1937)*. Porto Alegre: Sulina, 1980. p. 53-54.; e RODRIGUES, Francisco Pereira. *O Governicho e a Revolução Federalista*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1990. Já a respeito da implantação do Governicho no Município do Rio Grande, ver: ALVES, Francisco das Neves. O golpe de Estado de novembro de 1891 e as repercussões na cidade do Rio Grande.

A oposição ao Governicho

Dois jornais da cidade do Rio Grande, historicamente ligados ao Partido Liberal, o *Diário do Rio Grande* e o *Artista*, tiveram de adaptar profundamente suas construções discursivas diante das mudanças políticas promovidas a partir da proclamação da República. Apoiando a nova forma de governo, diante do fato consumado, os mantenedores desses periódicos não deixaram, no entanto, suas convicções de lado, criticando, cada um a seu modo, a maneira pela qual vinha sendo implementada a mudança institucional, combatendo mormente as atitudes autoritárias e, no caso do Rio Grande do Sul, exclusivistas dos novos detentores do poder. A forte repressão desencadeada pelos governantes, porém, levaria as folhas impressas a buscar controlar seus pronunciamentos diante dos fatos políticos, silenciando muitas vezes diante da pressão das autoridades políticas e policiais. Os acontecimentos advindos a partir do golpe de Deodoro da Fonseca levaria tanto o *Diário* quanto o *Artista* a uma retomada das discussões político-partidárias, inclusive apoiando a Revolução de 8 de Novembro e aplaudindo abertamente a derrubada de Deodoro, e, mais veladamente, a de Júlio de Castilhos. Tendo em vista suas históricas filiações partidárias com os liberais, ambos os periódicos rio-grandinos acabariam por manifestar-se contrariamente às orientações dos dissidentes à época do Governicho.

Apesar da ligação com os liberais, o *Diário do Rio Grande* recorrentemente buscou pautar sua

---

Revista *Biblos*. Rio Grande: Editora da FURG, 1999, v. 11, p. 63-76.

construção discursiva em torno de uma suposta neutralidade diante da política, intentando moldar um norte editorial essencialmente voltado à prática informativa. Nesse sentido, no início de 1892, mesmo após ter apoiado a Revolução de 8 de Novembro, o *Diário* demonstrava toda a sua preocupação para com os rumos que os eventos vinham tomando, apontando para o "muito mau tempo" que corria para a República, quando "a população ordeira que trabalhava e que produzia, a população para quem a paz e a ordem" representavam "elementos de que dependiam a sua tranquilidade, o seu bem-estar e o benéfico resultado do seu labor" vivia "sob uma atmosfera de temerosíssimas apreensões, sempre receosa do dia de amanhã, sempre preocupada com os boatos que chegavam a seus ouvidos e a que infelizmente, a agitação que reinava em todo o país dava razão de ser" (*Diário do Rio* Grande, 23 jan. 1892).

Em nome da volta à estabilidade no Estado, o jornal fazia severas censuras com relação à fase de exasperação a que chegavam as lutas políticas, expondo que "a família rio-grandense, dividida por longa e alterosa muralha de ódios políticos", achava-se naquele momento "sob a pressão de graves e temerosos acontecimentos", estando ameaçada "de uma guerra civil e, portanto, do descalabro de longos anos de labor e de progresso". Nesse quadro, a folha considerava que "o ódio partidário atingira o seu ponto culminante e das suas explosões" poderiam resultar "as mais lamentáveis desgraças, se a prudência, a abnegação e o patriotismo" não dessem as mãos naquele "momento angustioso" (*Diário do Rio Grand*e, 7 fev. 1892).

Diante desse quadro desenhado pela folha, foi com grande admiração que ela recebeu a volta de Gaspar Silveira Martins do exílio, revelando suas antigas afinidades partidárias, pois destacava que o militante liberal, que teria sido exilado "pelo pecado de ser o homem de maior influência política em todo o Estado", representava um dos esteios que em larga escala poderia prestar sua contribuição visando a solução daqueles graves acontecimentos. O periódico estabeleceu verdadeiro paralelo comparativo entre o Rio Grande do Sul antes e depois da retirada de Silveira Martins, afirmando que "tudo estava mudado" e que "o vasto cenário político em que o eloquente tribuno representou os mais importantes papéis e tanto se impôs aos aplausos e admiração de nacionais e estrangeiros" estaria "inteiramente desmantelado e a pedir que mão possante o reconstruísse e afugentasse do templo os vendilhões que o desprestigiavam e conspurcavam"[16] (*Diário do Rio Grande*, 7 fev. 1892).

Os desmandos político-administrativos da época do Governicho foram alvo de críticas da parte do *Diário*,

[16] Desde essa época o jornal testemunhava a heterogeneidade que marcava as forças oposicionistas no Rio Grande do Sul na fase de implantação da República e apontava para a "franca reserva, senão espírito de hostilidade" com que os dissidentes republicanos haviam recebido "o antigo chefe do liberalismo rio-grandense". Lamentava a folha "o desacordo latente", tendo em vista a necessidade "de uma nova agremiação, composta de cidadãos verdadeiramente interessados no levantamento do nível moral da administração pública, que tanto se ressentia da desorientação característica das facções que lutavam unicamente pela posse do poder" (*Diário do Rio Grande*, 24 fev. 1892).

mormente o período de governo de Barros Cassal. De acordo com o jornal, os atos daquele governante revelavam "o mais formal pouco caso pela opinião", pois, ao invés de cuidar da administração pública, punha em prática "medidas que não eram da sua competência", de modo que continuava "em ação a anarquia, com todo o seu cortejo de ilegalidade e atentados" (*Diário do Rio Grande*, 18 mar. 1892). A folha qualificava como "desanimadora a situação política do Rio Grande do Sul", pois o mesmo "vivia por assim dizer no ar, sem saber se imperava a ditadura" ou se valia o "regime da Constituição que fora lei fundamental do Estado". Mais uma vez, o periódico argumentava que não se havia "adiantado um passo no sentido da organização do Estado", desde o 15 de Novembro, permanecendo o "completo estado de desorganização política e administrativa" (*Diário do Rio Grande*, 2 abr. 1892).

As censuras do diário rio-grandino concentraram-se sobre a dissidência republicana, enquanto a mesma esteve à testa do Governicho. Segundo o jornal os dissidentes constituíam uma "insignificante minoria" que pretendia "a todo transe dispor a seu arbítrio dos destinos do Estado", embora a opinião pública não os quisesse "como governantes, não depositando neles confiança". Criticando o constante adiamento para a eleição à Convenção Rio-Grandense, a folha afirmava que estes fatos se desencadeavam graças às "conveniências" daquele "pequeno grupo" que pensava "por esse modo firmar-se no governo do Estado". Concluindo, o *Diário*, mesmo colocando-se como "estranho absolutamente às lutas dos partidos", considerava que o Rio Grande estava "sendo joguete de ambiciosos que colocavam as suas paixões acima dos

interesses da sua terra" (*Diário do Rio Grande*, 6 maio 1892).

Mesmo realizando essas críticas, o *Diário do Rio Grande* continuava a insistir na manutenção de uma postura norteada apenas pelos interesses gerais, lançando mão da sua já tradicional estratégia discursiva de proclamar a si mesmo como apartidário, neutro e/ou imparcial[17]. A retomada do poder por parte dos castilhistas promoveria um avanço ainda mais intenso desse espírito apolítico da folha que, mais uma vez mergulhou numa etapa de silêncio político, não tendo conseguido sequer dar uma maior divulgação à ação do Partido Federalista o qual realizava um intento anteriormente apontado indiretamente pelo próprio jornal, reunindo, mesmo que de forma não muito

[17] Essa insistência pode ser observada em duas declarações do periódico: "Sem ligações partidárias, o *Diário* como legítimo órgão dos interesses públicos, não tem outro programa que a defesa destes (...). A todos quantos dedicarem seus esforços" para o patriotismo, "dará ele todo o seu apoio (...). Que esses sejam republicanos históricos, nacionalistas ou federalistas, é o que pouco lhe importa. As crenças políticas que professarem ou em nome das quais agirem, são-lhe indiferentes. Não somos aderentes de partidos, somos sim, admiradores dos verdadeiros patriotas, dos que acima de todas as conveniências pessoais e partidárias colocarem as da Pátria" (*Diário do Rio Grande*, 10 abr. 1892). "Como sempre temos ponderado, o *Diário do Rio Grande*, procurando ser o mais imparcial possível na apreciação dos homens e dos fatos políticos do Rio Grande, concorrerá com todas as suas forças para a organização imediata do Estado, não fazendo questão de opiniões políticas e nem de individualidades" (*Diário do Rio Grande*, 25 maio 1892).

estável, as diversas frentes oposicionistas do Rio Grande do Sul. A partir de então, o jornal praticamente encerraria suas análises de conteúdo político.

O *Artista*, por sua vez, também apoiou firmemente a Revolução de 8 de Novembro e aplaudiu com veemência a derrota da ditadura como caracterizava as práticas dos governantes republicanos de então. Revelando a manutenção de suas afinidades partidárias, o jornal saudou o retorno de Gaspar Silveira Martins do exílio, manifestando sua esperança de que naquele líder político estivesse uma possibilidade de solução à crise na qual submergia o país. O diário declarava então que era com festa que recebia, "ao solo de seu berço natal, o regresso do emérito rio-grandense", portador das "boas normas" e as "moralizadoras práticas políticas, de sentimentos altruísticos, de uma identificação sincera com a ideia republicana e de uma fé viva na supremacia das instituições democráticas". Qualificava aquela liderança como elemento ideal às necessidades do país, o qual estaria precisando "de um braço forte, de um ânimo reto, de um espírito superior e cheio de abnegação", que desfraldasse "aos ventos da liberdade e da tolerância política a bandeira da paz e da confraternização da família rio-grandense" (*Artista*, 8 fev. 1892), naquele momento de iminente conflito bélico.

O período do Governicho, notadamente durante a administração de Barros Cassal, contou com opiniões significativamente negativas de parte da folha, a qual afirmava que "nunca um governo, um partido ou uma escola" se desacreditara "tão depressa como sob a administração efêmera e interina do Sr. Dr. Barros Cassal", o qual havia subido "ao poder em nome de princípios que a vitória da revolução consagrara",

cabendo-lhe, portanto, "a responsabilidade da máxima observância prática aos princípios cuja defesa reunira em armas as legiões rio-grandenses contra a ditadura do centro". Porém, ao contrário, aquele político, através de uma "apostasia completa e ostensiva", tornara-se "um déspota, um tirano" e "um ditador por sistema intolerável e inconsequente". O periódico pregava a todos, "sem exceção de partido ou cor política", que militassem "no jornalismo independente", servindo "ao progresso, à política e à civilização rio-grandense", que rompessem com aquele governo, cujo chefe parecia "disposto a tornar-se um *Napolean le pétit*" apontando este como "um dever de honra, imposto pela dignidade do jornalismo livre, pelo próprio civismo dos que não quisessem retrogradar na escala das grandes conquistas da liberdade" (*Artista*, 30 mar.1892).

Para o jornal, o governo da dissidência republicana era amplamente contraditório, e sobre ele, questionava como se poderia acreditar na sinceridade de uma "facção que representada no poder por um de seus mais fervorosos sectários", obrigava este "a representar o papel de *Jano* político, oferecendo duas faces inteiramente opostas"; ou ainda, como acreditar "na fervorosa sinceridade do revolucionário" que se sublevara contra "uma ditadura odiosa" e, colocado no poder, "arvorava-se em ditador ostensivo", renegando os princípios do movimento de Novembro de 1891 (*Artista*, 1º abr. 1892). Esse desacordo com os republicanos dissidentes chegou a levar a folha a criticar o positivismo, apontando as possíveis falhas da "doutrina de Comte", denominando-a de "seita positivista" (*Artista*, 30 abr. 1892). Ainda com relação ao caráter oposicionista assumido pelo periódico quanto

aos representantes da dissidência do Partido Republicano, o *Artista* censurou acremente a Demétrio Ribeiro, Antão de Faria e Barros Cassal, chamando-os de "trindade sinistra" que em muito estariam prejudicando os interesses dos rio-grandenses (*Artista*, 1º jun. 1892). Na perspectiva do diário, os liberais gasparistas não deveriam manter qualquer vínculo político com relação aos dissidentes do castilhismo[18] (*Artista*, 16 maio 1892). Os constantes adiamentos das eleições à Convenção Rio-Grandense também constituíram alvo da censura do periódico, que atacou tanto a Barros Cassal, quanto ao General Barreto Leite por esta atitude (*Artista*, 9 maio1892), este último governante também foi criticado

[18] Com referência ao Congresso de Bagé, o jornal interpretava que a partir do mesmo ficaria evidente a impossibilidade de união entre os liberais, apegados a seus princípios, com "a natureza heterogênea dos elementos que formavam" a dissidência republicana; e explicava que "em vez de distinguirmos um mal nessa ocorrência que inevitavelmente deveria dar-se mais cedo ou mais tarde, descobrimos a fonte benéfica de uma série de profícuos resultados políticos. Antes a discriminação leal, conscienciosa e clara do que a confusão hipócrita, obedecendo a sugestões de interesses. Temos, pois, dois partidos no Estado, duas coletividades que mereçam este nome - a que obedecerá a chefia do Sr. Dr. Gaspar da Silveira Martins e a que reconhece como chefe o Sr. Dr. Júlio de Castilhos. A outra dissidente há de desaparecer indeclinavelmente, eliminada, absorvida pela força das circunstâncias" (*Artista*, 2 abr. 1892). Nesse sentido, o periódico desconsiderou o Partido Republicano Federal como força oposicionista, encontrando no Partido Federalista o autêntico representante da oposição gaúcha.

pelas constantes demissões que promovera nos quadros públicos gaúchos (*Artista*, 31 maio1892).

Diante desse cenário de crise, o diário rio-grandino manifestava seu receio quanto à conjuntura político-econômica nacional, afirmando que a "ninguém era permitido encarar com indiferença o quadro lutuoso da deplorável situação" na qual se achava o país, "arremessado à beira do abismo da ruína pelos desacertos contínuos dos que assumiram a tremenda responsabilidade de sua reconstrução política". O jornal referia-se a uma "tríplice crise", que envolveria a crise política, a financeira, advinda da prática governamental do Encilhamento, e, finalmente, a comercial, originada a partir das duas anteriores. Segundo o entendimento da folha, a crise política fora "determinada pela súbita transformação nas instituições e pelo pouco critério que inspirou os principais fatores da revolução", permanecendo os novos governantes "menos empenhados em cercar a República de simpatia e adesões do que em firmar o domínio de um exclusivismo funesto" (*Artista*, 4 maio 1892).

Os pronunciamentos de natureza político-partidária seriam novamente interrompidos a partir do retorno de Júlio de Castilhos ao poder. O jornal que chegara a criticar a doutrina positivista à época do enfraquecido governo de Barros Cassal, não repetiria tal atitude diante do forte e autoritário governo de Castilhos, retomando então a argumentação de consistir-se em um representante da imprensa neutra e apolítica. Dessa maneira, proclamava que era "estranho às lutas partidárias e alheio inteiramente às conveniências de seita ou facção", estando, "mais do que nunca disposto a manter uma neutralidade rigorosa", fazendo votos "que

o prélio travado se decidisse pacificamente ou pelo melhor dos modos", sem que houvesse "o doloroso desgosto de assistir ao derramamento do sangue rio-grandense". Diante do confronto que se preparava, manifestava o desejo de que o país não desse "ao mundo o espetáculo de um povo que se trucidaria com a fúria dos canibais", e, mesmo reconhecendo que "a situação era assaz grave", argumentava que se fazia "mister pedir inspirações ao bom senso e ao patriotismo" (*Artista*, 18 jun. 1892). Dessa forma, o jornal mergulharia em nova fase de silêncio político.

O apoio ao Governicho

O *Eco do Sul* constituiu uma das publicações mais ativistas no campo político-partidário na cidade do Rio Grande, filiando-se, historicamente, ao Partido Conservador. Com a República, o jornal, apesar do apoio inicial, se tornaria um dos maiores críticos aos governistas e representaria, no contexto gaúcho, uma das principais forças de oposição e resistência ao castilhismo. Nesse quadro, o periódico apoiou peremptoriamente e de forma participativa a Revolução de 8 de Novembro e, com regozijo, anunciou a queda de Deodoro da Fonseca e de Júlio de Castilhos. Ao contrário dos demais diários rio-grandinos, o *Eco* manteve uma apoio integral aos governantes que substituíram os castilhistas. Esse apoio ao Governicho esteve ligado a uma aproximação dos responsáveis pelo jornal, ao menos naquele momento, com os dissidentes republicanos, fazendo com que o periódico tivesse de

constantemente adaptar seu discurso político, de acordo com as novas alianças partidárias entre os opositores no combate ao castilhismo.

Assim, a partir da instalação do "Governicho", o *Eco* colocou-se como aliado dos novos governantes, passando a promover uma aproximação cada vez mais íntima com o pensamento e as práticas dos dissidentes republicanos. Frente aos ataques da imprensa oposicionista, o jornal defendia o governo, justificando que mesmo "os atos mais dignos de aplausos, as medidas de ordem mais prudentemente tomadas, tudo, enfim" era "sistemática e violentamente sujeito as mais apaixonadas apreciações, as mais torpes censuras". A folha rio-grandina asseverava que "o governo estava forte", mas convinha "não perturbá-lo em sua marcha gloriosa e não criar-lhe embaraços" e seria exatamente o que estava tentando fazer aquela "imprensa desorientada", procurando "perturbar e embaraçar os negócios públicos", numa "espécie de conspiração" (*Eco do Sul*, 20 jan. 1892). Diante dos boatos de que os castilhistas estariam buscando aliados dentre os militares para promover um contragolpe, o periódico conjeturava que este "glorioso Exército" não aceitaria a pecha de "desorientado, anarquista e sedicioso", desvirtuando sua própria "atitude eminentemente patriótica" exercida, pouco antes, contra os governos ditatoriais (*Eco do Sul*, 30 jan. 1892).

O jornal justificava que seu apoio ao governo e a aproximação com os dissidentes republicanos datava da época da extinção da "momentosa agremiação de caráter político que se denominava União Nacional, criada como um centro de resistência aos desmandos do partido do Sr. Castilhos", quando os sectários daquela

unificaram-se, "por ideias" a Demétrio Ribeiro, Antão de Farias e Barros Cassal, formando o Partido Republicano Federal, "cujo programa luminoso, preso às doutrinas do regime federativo, constituía um documento solenemente firmado, garantidor dos patrióticos fins que presidiram a esta criação" (*Eco do Sul*, 31 jan. 1892), passando, então, a representar os legítimos ideais anticastilhistas. De acordo com esta convicção, o diário censurou a defesa entabulada por Silveira Martins quanto ao sistema parlamentarista, afirmando que já estava "suficientemente definido na atualidade política", ficando junto do Partido Republicano Federal e condenando o "regime parlamentar" (*Eco do Sul*, 12 fev. 1892).

A folha lamentava que o "preclaro rio-grandense" fosse "infenso, como se mostrou positivamente, ao regime presidencial", afirmando que preferia vê-lo ao lado dos dissidentes, sem discordar "num só ponto das doutrinas científicas seguidas pelos históricos republicanos". Declarava, também sua "fé robusta de que o grande patriota, sustentando suas opiniões", não tentaria "perturbar a marcha do governo", concorrendo, isto sim, "com o seu imenso prestígio para torná-lo ainda mais forte do que estava". Caso este desejo não se confirmasse, o jornal deixava evidente sua postura, destacando que continuaria a "bater-se nas fileiras do Partido Republicano Federal" e, mesmo "sentindo profundamente", teria "de enfrentar Silveira Martins como um adversário" (*Eco do Sul*, 12 fev. 1892)

Em fevereiro de 1892, o jornal denunciava que Júlio de Castilhos preparara uma fracassada contrarrevolução visando seu retorno ao poder e

acusava o líder republicano de ser um "desorientado, imprudente, mau patriota e degenerado rio-grandense, que, se deixando arrastar pela paixão política, não medira a tremenda responsabilidade de sua temerária empresa"; bem como não meditara que ele iria "arrastar os seus amigos a um sacrifício inglório e com todas as probabilidades de um mau sucesso"; e, finalmente, não pesara "os grandes males, os desastres em que ia precipitar o Estado, provocando uma luta de pais com filhos, de irmãos com irmãos, sem dúvida a mais lamentável das lutas". A folha rio-grandina argumentava que ao provocar esta "luta fratricida", Castilhos estaria promovendo uma guerra ilegítima, pois atacaria um governo que não "malbaratava a fortuna pública", não "atacava a liberdade individual", não "oprimia o cidadão" e nem se ressentia "da falta de apoio público". Destacava ainda que a maior prova do prestígio do governo estava na própria derrota do grupo castilhista, ao qual faltou "todos os recursos para levar por diante um movimento revolucionário", demonstrando sua falta de capacidade "para colocar-se de novo à testa dos destinos do Estado e que, em sua rápida passagem pelo governo se havia impopularizado" (*Eco do Sul*, 17 fev. 1892).

O diário fazia ilações otimistas da propalada tentativa de golpe castilhista, afirmando que, a partir de então, o Estado tendia "a entrar num regime normal" em que as "comoções populares", as quais vinham "embaraçando a organização do Rio Grande do Sul", iriam ser sucedidas pela "paz e a concórdia". A folha avisava que não era "por meio do braço armado que os adversários do Partido Republicano Federal deveriam disputar a desejada vitória", propondo, assim que se

suspendessem as "lutas violentas", evitando-se as "conturbações populares" as quais poderiam "degenerar em guerra civil". Explicando que o governo estaria "amparado pelo confiança popular", o jornal apelava aos adversários para que fossem "patriotas para não perturbar a obra de organização do Estado" e que disputassem "nas urnas e não com as armas a aspirada vitória, a desejada posse do governo", pois era o que, naquele "delicado momento, impunha o patriotismo" (*Eco do Sul*, 17 fev. 1892).

Diante da substituição do general Barreto Leite por Barros Cassal, a folha renovou o seu apoio aos situacionistas de então. Referindo-se ao afastamento do militar, por motivos de saúde, lamentava que "o Rio Grande se veria privado, no momento excepcional que atravessava, dos serviços ativos do digno patriota que a revolução vitoriosa colocara no mais alto posto do Governo do Estado". Garantia, no entanto, que nada se alteraria na política até então seguida e que "Barros Cassal no governo seria uma grande e bem fundada esperança", pois, "republicano intemerato e mais que tudo patriota até o sacrifício", o líder dissidente, era "um dos mais imediatos responsáveis pelo movimento revolucionário de Novembro", representando, portanto, todos os princípios desta rebelião. Certo dos relevantes serviços que o novo governante iria prestar, o jornal fazia votos que "o insigne patriota mais brilho ainda conseguisse ainda imprimir à fulgente auréola que circundava o seu nome" (*Eco do Sul*, 8 mar. 1892). A sustentação do periódico ao "Governicho" foi tamanha que chegou a anunciar que uma "nova fase estava aberta a este glorioso Estado" e solidário com ela ficava o *Eco do*

Sul, o qual chegou a proclamar-se como "órgão governista"[19] (*Eco do Sul*, 23 mar. 1892).

A partir do final de março de 1892, o diário passou a preocupar-se com as cisões que se tornavam iminentes no interior das forças opositoras ao castilhismo, destacando que "do seio do Partido Republicano Federal emergira um grupo dissidente que tentava por todos os modos perturbar a ação patriótica do Governo do Estado". Para o jornal, estes "novos perturbadores" trabalhavam "em uma obra de grande males, esquecendo, do modo o mais lamentável, os compromissos de honra mantidos em face da opinião esclarecida" e renegavam o "programa" do partido que dera "combate aos inimigos da Pátria e da República", fizera o movimento de 8 de Novembro e estava governando o Estado, naquele momento (*Eco do Sul*, 24 mar. 1892). Ao qualificar o Congresso de Bagé com o

[19] O apoio da folha aos governantes de então tornou-se tão veemente que o jornal, tradicional defensor da liberdade de expressão, chegou a defender até mesmo as medidas coercitivas adotadas por Barros Cassal no controle à imprensa, declarando: "Temos o dever de externar francamente a nossa opinião", nada tendo "a reclamar contra o decreto sobre a liberdade de imprensa. (...) O atual governador do Rio Grande só tem em vista assegurar a mais ampla liberdade de imprensa, extinguindo de vez a *mofina* e o *testa de ferro*, isto é, a irresponsabilidade. Na lei, segundo até os comentadores mais chicanistas, não se deve desprezar a *intenção* e esta, acreditamos, é a mais dignificadora por parte do jornalista e governador Barros Cassal. Os fúteis pretextos a que se apegam alguns jornalistas para fazer oposição à lei, sem que a critiquem seriamente, não têm valor algum" (*Eco do Sul*, 24 mar. 1892).

epíteto "retrocesso e anarquia", a folha criticava os seus participantes, afirmando que, ao proclamar "desarrazoadamente velharias que a República em feliz momento extinguiu, os parlamentaristas do *gasparismo* tentavam voltar atrás, sem que chegassem a justificar os motivos porque assim procediam", além do que trabalhavam "funestamente o espírito da sociedade rio-grandense, aconselhando a anarquia entre membros que compunham um só organismo". Sentenciava ainda "os perturbadores", pela atitude "impatriótica", a sujeitarem-se "às imposições do civismo, que não poderia permitir que se fomentasse a desordem", numa "tentativa desastrada" de levar a população à luta (*Eco do Sul*, 2 abr. 1892).

O periódico considerava inaceitável a atitude dos "chefes parlamentaristas reunidos em Bagé", que, com sua opção pelo sistema de governo parlamentar estaria ferindo os princípios básicos da República Brasileira. A folha anunciava que na eventualidade de uma vitória eleitoral, a agremiação que tinha "como guia supremo o Sr. Silveira Martins, apoiado na espada do intemerato companheiro da Revolução, o respeitável general Silva Tavares" iria "destruir tudo quanto os republicanos ousaram fazer até então" (*Eco do Sul*, 3 abr. 1892). Na defesa do argumento de que a república federal era incompatível com o sistema parlamentarista, o jornal destacava que esta ideia só poderia ser "a invenção a mais infeliz de cérebros inteiramente desequilibrados, afeitos a todas as velharias e que não produziam nada de útil". Acusava "aqueles que acabaram de erguer a bandeirinha do federalismo parlamentar" de serem "incapazes de explicar logicamente semelhante disparate e, por isso, abusando da loquacidade, adubavam os seus

discursos com umas retumbâncias" só aceitáveis "em assembleias numerosas" as quais aplaudiam "na razão da música palavrosa do orador" (*Eco do Sul*, 12 abr. 1892), uma especialidade do líder gasparista, segundo o diário rio-grandino.

O jornal chegou a imputar aos sectários do Congresso de Bagé a pecha de monarquistas afirmando que o desejo do Sr. Silveira Martins e de "todos quanto o divinizavam era estabelecer na terra rio-grandense um regime em continuação daquele que gozavam sob a forma decaída em 15 de Novembro", querendo, portanto, "na República, as coisas novas da Monarquia. Avisava, no entanto, que a época não era "de crenças fictícias" e sim de "concepções reais", de modo o que "o Brasil jamais seria parlamentar", apesar da vontade dos "*sebastianistas* disfarçados em *patriotas*" (*Eco do Sul*, 12 abr. 1892). Segundo a folha, Gaspar da Silveira Martins era "incompatível com a política republicana" (*Eco do Sul*, 14 abr. 1892), havendo, por esta razão, a necessidade de deter o "gasparismo parlamentar" que estaria tentando "à socapa apoderar-se do poder oficial para ditar suas leis ao Centro defensor da República Federativa", cabendo ao governo "lançar mão de medidas extraordinárias para que não vingasse o plano" dos "anárquicos", pois este seria o dever de todos quantos amassem a liberdade (*Eco do Sul*, 1º maio 1892).

Paralelamente às críticas aos "parlamentaristas", a folha continuou orientando seus pronunciamentos na direção de sustentar o governo da dissidência republicana. Na volta de Barreto Leite ao Executivo Estadual, o jornal declarava que ele assumiria "para continuar o trabalho glorioso que recomendava ao reconhecimento da opinião consciente e esclarecida",

realizado por Barros Cassal, "o invencível agitador da época das comoções patrióticas e o homem que maiores qualidades revelou como organizador, seguindo a rota da política moderna". Ainda a respeito de Barros Cassal, o periódico destacava que, "cumprindo religiosamente o dever, o digno patriota traçou as primeiras linhas de uma política nova, orgânica, útil e real, encaminhando o Estado para as conquistas gloriosas do futuro"; e, mesmo "em meio das agitações as mais demolidoras - lutando com a oposição sistematicamente mantida, de um lado pelos partidários de velharias e do outro pelos descontentes que a Revolução abateu, estes e aqueles dominados por uma política toda pessoal -", ele conseguira "traduzir em lei o pensamento republicano, de acordo com as aspirações de uma sociedade" a qual queria o desenvolvimento e o fim dos "velhos preconceitos do partidarismo estéril". Ao concluir, o jornal explicava que "o espírito público e o bom senso popular ia compreendendo proficuamente que os destinos do Rio Grande estavam ligados à orientação republicana, como a pregavam e a praticavam os políticos do porte de Barros Cassal" (*Eco do Sul*, 21 abr. 1892).

Até mesmo os constantes adiamentos das eleições estaduais, promovidos tanto por Barros Cassal quanto por Barreto Leite, foram justificados pelo diário rio-grandino, utilizando-se do argumento que os "parlamentaristas do Sr. Silveira Martins" haviam se separado do Partido Republicano Federal e, com isto, alterado o quadro político-partidário rio-grandense, criando um clima de "perturbação" não favorável à realização do pleito eleitoral. Mais uma vez a folha censurava a atitude dos aliados da véspera, acusando-a

de inconstitucional, afirmando que era inútil o trabalho dos "sectários do *gasparismo*", que, "por escárnio ou pilhéria, diziam-se federalistas", além do que era "delituoso, porquanto atentava contra o regime republicano, que todo o cidadão bem orientado tinha o dever de sustentar e defender, sem medir sacrifícios". Desse modo, aplaudia a atitude daqueles governantes cujo objetivo seria "zelar pelo bem público, em toda e qualquer época" e, ainda mais, "quando uma agremiação de homens tentava perturbar a marcha da sociedade", a qual não poderia "estar a mercê de agitadores contrários ao sistema estabelecido e aceito por toda a nação" (*Eco do Sul*, 6 maio 1892).

Essas manifestações político-partidárias do *Eco do Sul* revelavam, nas constantes construções e reconstruções de conflitos discursivos, em que os mesmos indivíduos apareciam ora como aliados e, pouco depois, como adversários, caso dos gasparistas, as próprias incongruências e a heterogeneidade latentes no cerne das forças anticastilhistas, cujas alianças modelavam-se de acordo com os interesses e as circunstâncias eleitorais, políticas e militares de cada momento. Com essas indecisões partidárias, as alterações na governança do Estado e a iminente retomada do poder pelos castilhistas, o *Eco* anunciou uma nova mudança na sua orientação editorial, declarando que se afastaria dos embates de cunho político[20]. Dessa maneira, diminuiriam

[20] A 8 de junho de 1892, o proprietário do *Eco* declarava: "Em face dos acontecimentos que enlutam a moral política do nosso país e muito principalmente do nosso Estado, não há homem, por maior vontade que tenha de servir à causa

significativamente o número de artigos envolvendo a discussão política e partidária expressos nas páginas do jornal, além de já transparecer alguns dos prenúncios das fortes perseguições que se fariam seguir nos meses

---

pública, que não sinta o desânimo e a descrença na sinceridade de todos os sentimentos cívicos. Os acontecimentos fazem-no descrer de tudo e sobretudo convencem-no de que os sacrifícios não foram feitos para as lutas do partidarismo. Desde os meus anos mais vigorosos tenho empregado toda a minha atividade no serviço da Pátria, filiado ao partido que mais se tem coadunado com os interesses da comunhão brasileira. Fiel sempre ao programa abraçado e sempre intransigente servi à causa da Pátria nas fileiras do Partido Conservador, continuando na República com a mesma fidelidade a prestar o meu concurso ao Partido Republicano Federal, cheio de aspirações e tendente a implantar a felicidade em meio à anarquia que tem reinado depois de 15 de novembro de 1889. Não foi fraco o meu concurso prestado. As colunas deste jornal, do qual sou proprietário, sob a pena intemerata de João José Cezar, serviram de conduto para a guerra sem tréguas que o meu partido moveu aos governos despóticos (...). Lutei como um desesperado, mas cansei! No silêncio das causas que motivaram este cansaço, queiram ver os que me lêem a delicadeza dos meus sentimentos. Basta de política. Estou positivamente resolvido a não gastar mais o meu esforço e minha atividade nas lutas estéreis do partidarismo que só trazem os desgostos e as inimizades. Esta folha doravante ocupar-se-á tão somente dos interesses gerais da Pátria, não esquecendo os que dizem de perto ao nosso município. Não se diga assim, que me falece o amor pela terra brasileira. Ao contrário - amo-a tanto mais quanto agora desprezo as questiúnculas partidárias".

seguintes e que marcariam a existência da publicação ainda por bastante tempo.

###############

Assim, as manifestações dos diversos representantes da imprensa rio-grandina acerca do período alcunhado de Governicho refletiram as diferentes e divergentes visões recorrentes ao período quanto aos destinos e aos modelos pelos quais se deveria orientar o novo país republicano. Além disso, os jornais reproduziam também as várias reações das frentes oposicionistas diante da oportunidade, única por sinal, que estas tiveram de apear os castilhistas do poder. Para o *Diário do Rio Grande*, o Governicho constituiu um grave momento no qual os rio-grandenses permaneciam divididos por ódios partidários e, especificamente quanto à administração da dissidência, considerava-a anárquica, ilegal e marcada pelo descaso para com a opinião pública. O *Artista* também se opôs ao governo dos dissidentes, acusando-o de estar traindo os princípios da Revolução de 8 de Novembro, ao substituir uma ditadura por outra ainda pior. Já o *Eco do Sul* apoiou integralmente o governo da dissidência republicana, considerando os atos do mesmo como dignos de aplauso, por estar colocando em prática uma política nova, orgânica, útil e real em direção ao progresso e às aspirações da sociedade. Essas variadas formas de reagir diante daquele intrincado momento político deixavam evidente a heterogeneidade das forças oposicionistas no Rio Grande do Sul, uma vez que entre os representantes dos antigos partidos imperiais e os dissidentes republicanos só havia um ponto em comum

– o anticastilhismo. Nesse sentido, as publicações rio-grandinas espelhavam as idiossincrasias e incoerências latentes no seio dos grupos anticastilhistas que, se digladiando em luta internas, acabaram por abrir caminho à ascensão definitiva do modelo castilhista que se perpetuaria no poder ao longo de décadas[21].

[21] Publicado originalmente em: *Biblos*. Rio Grande: Editora da FURG, 2001, v. 14, p. 75-90.

Representações da passagem do ano na arte caricatural do *Bisturi*

Ao longo do século XIX, as práticas jornalísticas realizadas na cidade do Rio Grande foram múltiplas e diversificadas, circulando na urbe portuária os mais variados gêneros de periodismo. Nesse quadro, teve destaque a imprensa ilustrado-humorística, que ganhou popularidade junto ao público leitor, permitindo uma circulação praticamente ininterrupta de ao menos um semanário de tal natureza desde a década de 1870 até a de 1890. Foram editados nessa época títulos como *O Amolador*, *O Diabrete*, *Maruí*, *Comédia Social* e *O Rio Grande Ilustrado*.

Em tal conjuntura, um dos hebdomadários mais relevantes publicados na comuna litorânea foi o *Bisturi*, que existiu como edição regular entre 1888 e 1893, passando posteriormente a uma existência mais irregular, que se estendeu até meados da década de 1910. Incisivo e cortante, como sugeria seu título, o periódico praticou a crítica social e a de costumes, mas a sua predileção foi pela crítica de natureza política. O humor, a ironia e o sarcasmo foram algumas das principais estratégias empregadas pelo semanário nas suas construções imagéticas e textuais.

A crítica e o humor eram sua seiva editorial, além de empreender uma prática moralizadora, visando a combater aquilo que considerava como mazelas que

assolavam as sociedades. Nesse sentido, suas apreciações seguiam a perspectiva joco-séria, uma vez que o humor pode ser divertido e sério ao mesmo tempo, já que corresponde a uma qualidade vital da condição humana. Tal enfoque reflete as percepções culturais mais profundas, oferecendo um instrumento poderoso para a compreensão dos modos de pensar e sentir moldados pela cultura[22]. Levando em conta tal premissa, a imprensa humorística traz consigo uma particularidade aliciante e extremamente absorvente, encontrando-se em suas representações o pitoresco das sociedades, as suas grandezas e misérias, constituindo um verdadeiro reflexo dos modos de ver, de ser e de parecer de uma época[23].

A exemplo de seus congêneres, o *Bisturi* observou a realidade através de uma lente específica, tendo o fim de caracterizar aquilo que objetiva no momento, seja um fato ou uma personalidade. Para tanto, lançava mão de um poder de síntese e da fixação do traço definidor de um caráter ou de uma situação, além da acuidade de observação, e da sensibilidade que levam à apreensão de certos índices, pessoais ou coletivos, refletindo-se tais estratégias na

---

[22] DRIESSEN, Henk. Humor, riso e o campo: reflexões da antropologia. In: BREMMER, Jan & ROODENBURG, Herman (orgs.). *Uma história cultural do humor*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 251.

[23] MORAIS, Fernanda Borges Ferreira; MAGALHÃES, Maria Benedita Cabral de & MORAIS, Maria José da Silva. *A caricatura: um recurso educativo nas aulas de História*. Lisboa: Associação de Professores de História, 1996. p. 6.

instantaneidade de criação e execução de seus textos e desenhos[24].

A arte caricatural foi o diferencial da imprensa ilustrado-humorística do século XIX, como foi o caso do *Bisturi*. Na execução de tal concepção artística a estratégia alegórica foi recorrentemente utilizada. As alegorias constituem uma figuração que toma com maior frequência a forma humana, mas também pode ser relacionada a um feito heroico, a uma determinada situação, a uma virtude ou a um ser abstrato. Elas exprimem uma operação racional, constituindo uma figuração, em um mesmo nível de consciência, daquilo que já pode ser bem conhecido de uma outra maneira[25]. Assim, a alegoria traz consigo um conceito já bem racionalizado, sendo constituída para designar realidades concretas, envolvendo imagens criadas consciente e inconscientemente[26].

Nesse quadro, a interpretação de uma imagem pode ultrapassar a ela mesma, com o desencadear de palavras, de uma ideia ou de um discurso interior, partindo da imagem que é o seu suporte, mas que a ela simultaneamente está ligada. A partir de tal perspectiva se estabelecem as imagens simbólicas e convencionais, que procuram exprimir noções abstratas, as quais

[24] LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. v. 1, p. 28-29.
[25] CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. p. xvi.
[26] CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de símbolos*. São Paulo: Editora Moraes, 1984. p. 37-38.

recorrem ao símbolo e, consequentemente, à boa vontade interpretativa do leitor[27].

Em meio às tantas representações e concepções alegóricas das quais o *Bisturi* lançou mão, uma que teve recorrência periódica foi aquela vinculada à passagem do ano. Como era prática do jornalismo de seu gênero, a passagem da última edição anual, na virada de dezembro para janeiro trazia consigo algum registro imagético e/ou textual que demarcava aquele momento de transição. Havia então espaço para a reflexão, em geral envolvendo a avaliação do tempo que passou e o prognóstico em relação ao que estava por vir. Tratava-se da abordagem de um tempo social, ou seja, aquele que é concebido como uma categoria de pensamento e, como tal, o resultado de uma elaboração ou construção simbólica solidária com o sentido e os recortes gerais de cada cultura, com ênfase no caráter social, ao procurar acentuar a relatividade da noção ocidental de tempo, em face não só das classificações diversas das demais culturas, mas também das diferentes modalidades em que ela própria se expressa – historicidade, tradição, evolução, revolução, entre outras[28]. Tal noção de tempo esteve associada a uma perspectiva de mudança e a uma avaliação das experiências de mundo a ele inerentes[29]. O

---

[27] JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Lisboa: Edições 70, 2004. p. 123-124.

[28] DUARTE. Luiz Fernando Dias. Tempo social. In: SILVA, Benedito (Coord.). *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987. p. 1205.

[29] WHITROW, Gerald James. *O tempo na história: concepções do tempo da pré-história aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. p. 206-207.

tempo remete ao ciclo da vida simbolizando o limite da duração humana em distinção para com a eternidade[30].

Nessa linha, a passagem dos anos nos primeiros tempos republicanos foi uma representação recorrente nas edições do *Bisturi* marcadas pela época do calendário. Para tanto, o semanário utilizou-se significativamente do conteúdo alegórico/simbólico, assim como buscou, pelo prisma caricatural, retratar detalhes da realidade e dos costumes habituais dessa época. Ao dedicar uma menção específica para tal transição, o periódico levava em conta o significado da mesma para os seus leitores. De acordo com tal perspectiva o ano simboliza a medida de um processo cíclico completo, contendo em si suas fases ascendente e descendente, evolutiva e involutiva, como no caso das estações, além de anunciar um retorno periódico de um ciclo. Nessa linha, o ano pode significar não apenas os trezentos e sessenta e cinco dias do ano solar, mas qualquer conjunto cíclico, em um quadro pelo qual a ruptura para com tal ciclo pode compreender a morte e a imobilidade, ou a permanência e a eternidade[31].

Na passagem de 1889 a 1890, o *Bisturi* utilizou-se de uma das mais tradicionais representações que a imprensa ilustrado-humorística lançava mão para simbolizar tal transição, ou seja, o ano que terminava ou o "ano velho" era apresentado como um ancião, ao passo que o "ano novo" era designado por uma criança ou um jovem. Em tal contexto, o ancião trazia consigo a carga de experiência e aprendizado do ano que se encerrava, uma vez que tal figura é a personificação do

[30] CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 876.
[31] CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 62-63.

saber ancestral da humanidade ou inconsciente coletivo[32]. Nessa linha, a velhice constitui um sinal de sabedoria e de virtude, já que uma prefiguração da longevidade traz consigo um longo acúmulo de experiência e de reflexão[33]. Já a criança é um símbolo universal de potencialidades futuras e, ao mesmo tempo, uma manifestação concreta da herança do passado, pois representa o pretérito à medida que foi gerada pelas forças que a precederam, surgindo o futuro como uma possibilidade aberta[34]. A infância é também um símbolo da inocência, ou seja, a etapa anterior ao pecado, traduzindo o estado edênico, de modo que a criança é o símbolo da simplicidade natural e da espontaneidade[35].

Nessa transição do final de 1889 para o início de 1890, o *Bisturi* utilizou-se também de outra figura alegórica, a do bobo da corte, personagem que praticamente assumia um protagonismo junto ao gênero ilustrado-humorístico, transformando-se em verdadeiro símbolo desse tipo de publicação. O bobo da corte é aquele que se refere em tom duro às coisas agradáveis e em tom jocoso às terríveis, vindo a constituir a inversão do rei, não sendo um personagem necessariamente cômico, mas sim dual[36]. Ele traz consigo também a figura do rei assassinado, simbolizando a inversão da compostura régia nos seus atavios, palavras e atitudes.

---

[32] CIRLOT, 1984. p. 75.

[33] CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 934.

[34] CLIFT, Wallace B. Criança. In: ELIADE, Mircea & COULIANO, Ioan Petru (orgs.). *Dicionário dos símbolos*. Petrópolis: Vozes, 2024. p. 160.

[35] CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 302.

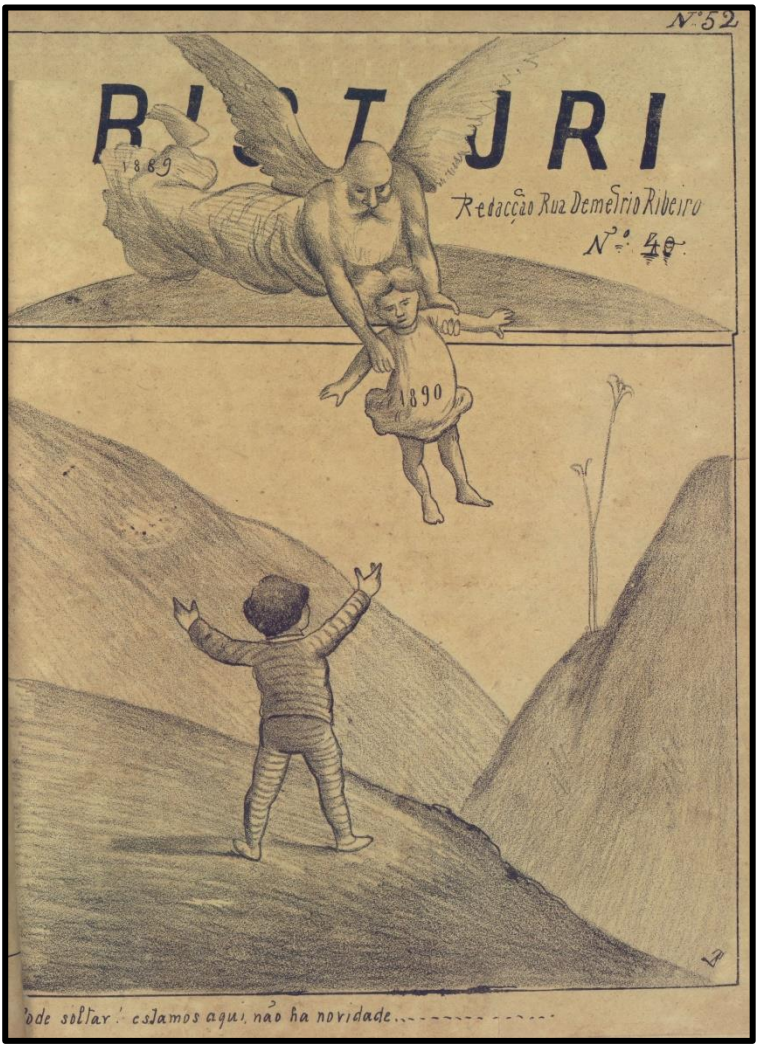
[36] CIRLOT, 1984, p. 120.

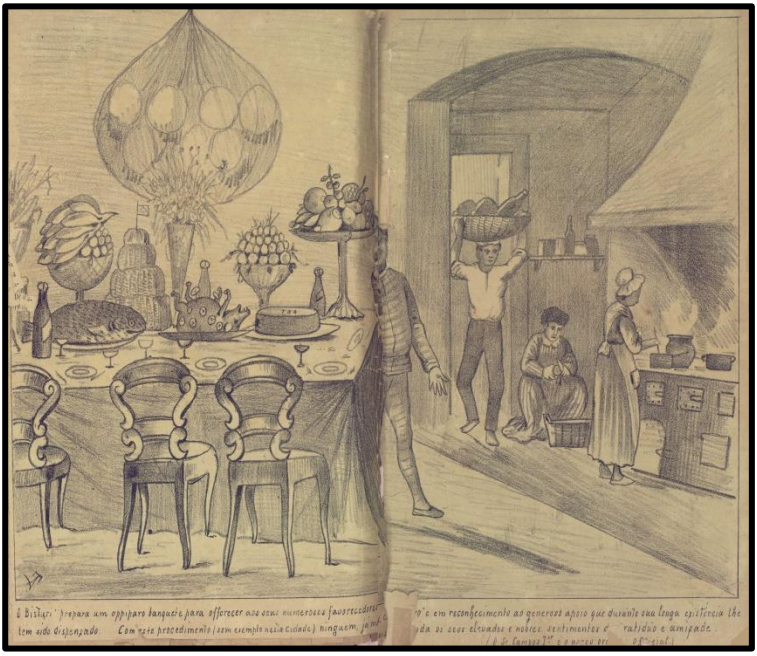
Nesse quadro, a majestade passa a ser substituída pela chalaça e a irreverência; a soberania, pela ausência de toda a autoridade; o temor, pelo riso; a vitória pela derrota; os golpes dados pelos recebidos; as cerimônias as mais sagradas, pelo ridículo; e a morte, pela zombaria. Sinteticamente, ele é como que o reverso da medalha, o contrário da realeza, ou seja, a paródia encarnada[37].

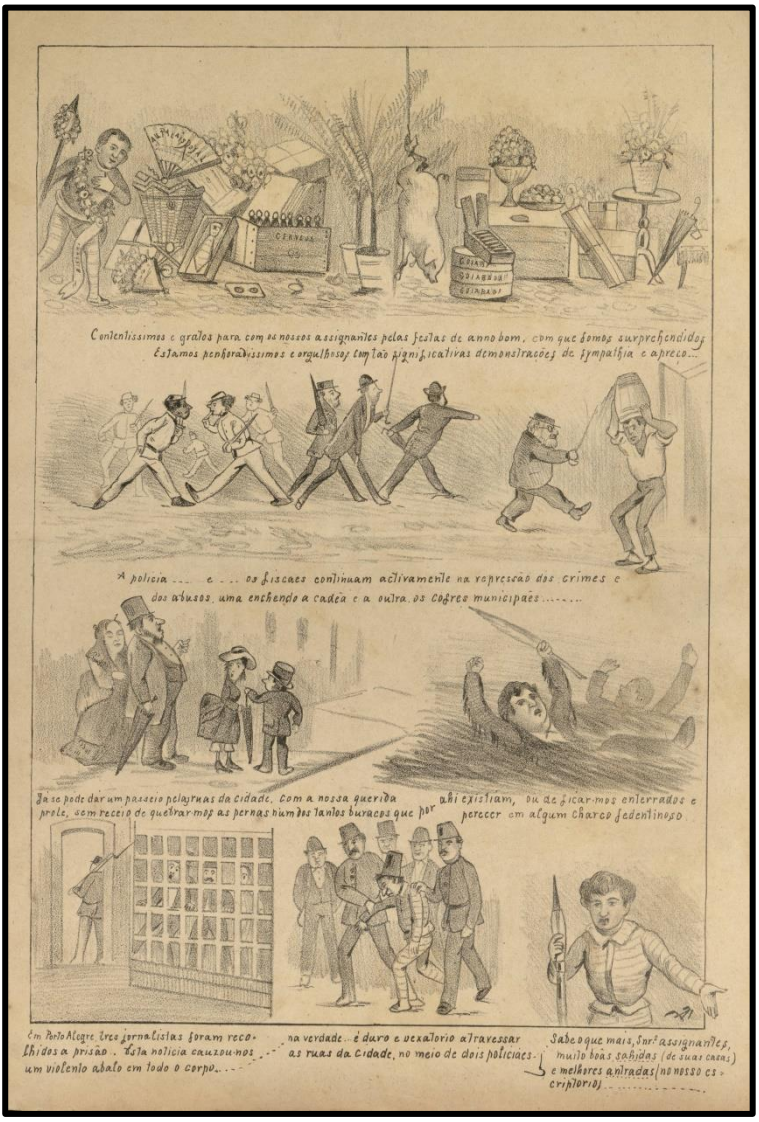
Assim, na ilustração que designava o fim de 1889 e o início de 1890, o ano velho assumia a configuração de um ancião alado que carregava a criança que simbolizava o ano novo, entregando-a ao bobo da corte, que a recebia de braços abertos, avisando que estava pronto e não havia novidades, em uma afirmação carregada de ironia, uma vez que recentemente o país havia passado por uma mudança em sua forma de governo. A passagem do ano era apresentada ainda pela presença da preparação das festividades típicas dessa época do ano, com a presença mais uma vez do bobo da corte, que oferecia um "opíparo banquete" aos "numerosos favorecedores" do semanário, como um "reconhecimento ao generoso apoio" que os assinantes prestavam à publicação (29 dez. 1889). Já na edição inaugural do ano seguinte, o hebdomadário publicou um conjunto caricatural no qual refletia não só sobre a passagem do ano, mas a respeito da conjuntura vivida naquele momento. Desse modo, surgia novamente o bobo da corte, cercado de presentes, agradecendo ao assinantes "pelas festas de ano bom", trazendo-lhe "significativas demonstrações de simpatia e apreço". Ao mesmo tempo se referia à ação policial e fiscal, às limitações do calçamento urbano e à repressão sobre as

[37] CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 680.

atividades jornalísticas típicas daqueles anos iniciais da República (5 jan. 1890).






Contentissimos e gratos para com os nossos assignantes pelas festas de anno bom, com que fomos surprehendidos
Estamos penhoradissimos e orgulhosos com tão significativas demonstrações de sympathia e apreço...
A policia ... e ... os fiscaes continuam activamente na repressão dos crimes e dos abusos, uma enchendo a cadêa e a outra os cofres municipaes .....
Ja se pode dar um passeio pelas ruas da cidade, com a nossa querida prole, sem receio de quebrar-mos as pernas num dos tantos buracos que por ahi existiam, ou de ficar-mos enterrados e perecer em algum charco pedentinoso.
Em Porto Alegre tres jornalistas foram recolhidos a prisão. Esta policia causou-nos um violento abalo em todo o corpo...
na verdade... é duro e vexatorio atravessar as ruas da cidade, no meio de dois policiaes.
Sabe o que mais, Snrs assignantes, muito boas sahidas (de suas casas) e melhores entradas no nosso escriptorio.....

Na nova transição anual, a de 1890 a 1891, o *Bisturi* voltou a utilizar-se das figuras do ancião e da criança, com o primeiro, experiente e precavido, usando um guarda-chuva, para proteger-se do mau tempo – em alusão às dificuldades políticas que vinham começando a assolar a jovem República –, ao passo que o outro, inocente e inexperiente, brincava tranquilamente sem saber o que lhe esperava. Nesse quadro, o ano velho, ao empunhar o guarda-chuva, se prende à busca pela sombra, ao encolhimento e à proteção[38], ao passo que o ano novo usava um chapéu, uma espada e um cavalo, todos de brinquedo, como símbolos das tentações[39], que viriam a afligir-lhe nos doze meses seguintes. A figura jovem encontrava-se com fantasiada de militar, em alusão ao crescente militarismo que tomava conta do país. Os dois personagens encontravam-se sobre um globo, que traz o sentido da totalidade, constituindo o substrato simbólico das imagens que coincidem com esse sentido dominante, dede a ideia de centro à do mundo e da eternidade[40], designando assim o contexto que um deixava e o outro recebia. Na legenda, o ano velho dava conselhos ao novo, dizendo-lhe em tom irônico para agradar os poderosos, tributar o povo e reprimir a imprensa, em referência evidente à conjuntura então vivenciada no Brasil (28 dez. 1890).

[38] CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 480.
[39] CIRLOT, 1984, p. 125.
[40] CIRLOT, 1984, p. 277.

BISTURI
FOLHA ILLUSTRADA
Anno 3º
Propriedade de Thadio Amorim
Nº 53
1830
— Ahi te deixo pequeno, em maré de regabofes e de patuscadas civis e militares. Segue o meu exemplo se queres ser feliz.
Abre o coffre das graças e derrama-as com prodigalidade. E quanto ao Zé impostos e contribuições. Nunca as mãos te doam
e se o jornalismo te andar a zumbir aos ouvidos.... pau nelle, sem dó nem piedade.

A passagem de 1891 a 1892 foi representada pela presença do próprio *Bisturi*, designado pelo seu proprietário, caricaturista e redator, Thadio Alves de Amorim, em autorretrato, prática diversas vezes por ele utilizada. Por meio do autorretrato, o sujeito pode trazer representações de sua natureza caleidoscópica, vindo a definir-se menos por uma força introspectiva do que pela sua capacidade de se projetar no mundo em volta[41]. Representando-se a si mesmo, o artista transforma imaginação em materialidade, assim como consolida visões e expectativas, além de também servir como campo de batalha para a construção de novos sentidos[42]. Dentre as motivações do artista para a realização do autorretrato estão a de deixar suas imagens gravadas para o futuro; a de sentir que eram importantes como seres humanos e como profissionais; e a de expressar em seus desenhos o que sentiam internamente, suas emoções e seus pensamentos[43]. Na gravura, o jornalista recebia o reconhecimento e era saudado pelo Zé Povinho, criação caricatural do artista português Rafael Bordalo Pinheiro, que foi importada pela caricatura brasileira para servir como representação do povo[44].

---

[41] DOBAL, Susana. Autorretratos: transcendendo a subjetividade. In: *Revista NUPEM*, Campo Mourão, v. 8, n. 15, jul./dez. 2016, p. 80-81.

[42] FREITAS, João Paulo de. Retratos e autorretratos de artistas: algumas considerações e possibilidades de leitura. In: *Transverso*, a. 6, n. 6, dez. 2018, p. 20, 22 e 27.

[43] CANTON, Katia. *Espelho de artista: autorretrato*. São Paulo: SESI-SP Editora, 2017. p. 7, 13 e 26.

[44] Sobre o personagem Zé Povinho no contexto português, brasileiro e sul-rio-grandense, ver: MEDINA, João de. O Zé Povinho, caricatura do "homo lusitanus": estudo de história

Também fazia parte do quadro imagético a figura de Mercúrio, divindade mitológica clássica que simbolizava

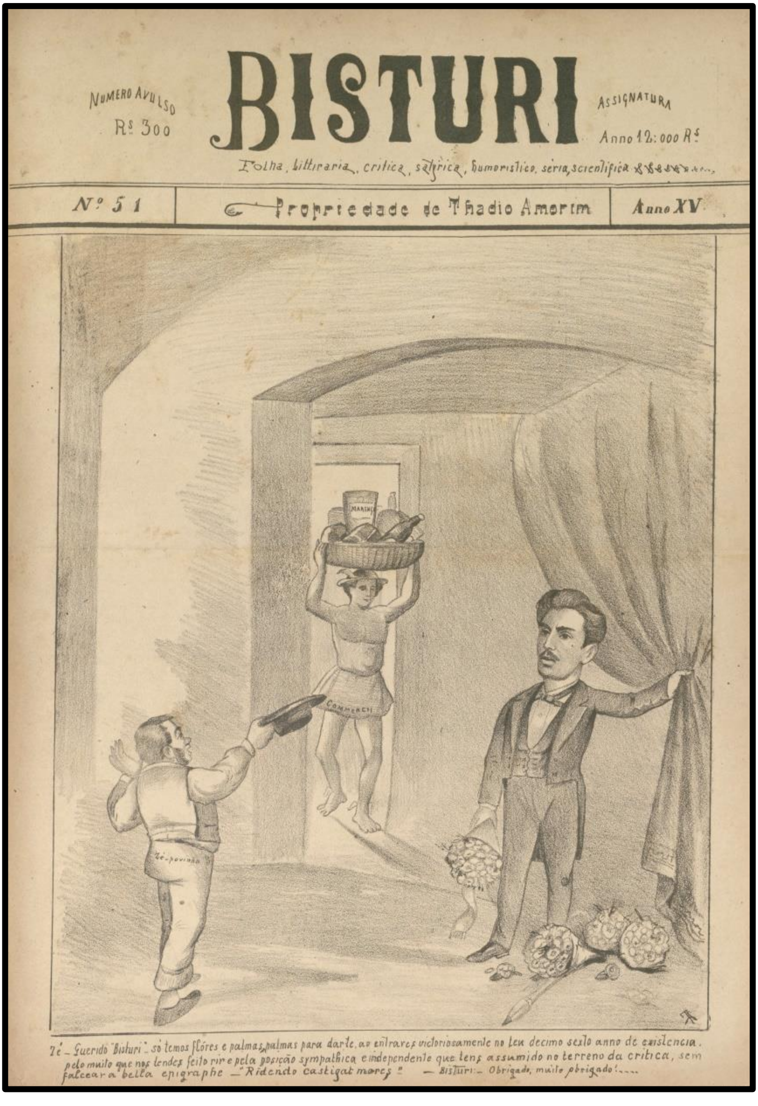
---

das mentalidades. In: *Estudos em homenagem a Jorge Borges de Macedo*. Lisboa: INIC, 1992.; MEDINA, João. No 130º aniversário do Zé Povinho: Rafael Bordalo Pinheiro e o Zé Povinho, autocaricatura do português. In: *Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*. Lisboa, n. 4, 2005.; MEDINA, João. *Caricatura em Portugal: Rafael Bordalo Pinheiro – pai do Zé Povinho*. Lisboa: Edições Colibri, 2008.; PIMENTEL, Rui. *O Zé Povinho e outras caricaturas*. Lisboa: Câmara Municipal, 2004.; SILVA, Marcos A. da. *Caricata República: Zé Povo e o Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1990.; e ALVES, Francisco das Neves. *Do original ao originário: imagens do Zé Povo na imprensa caricata portuguesa e sul-rio-grandense*. Lisboa; Rio Grande: Cátedra de Estudos Globais; Biblioteca Rio-Grandense, 2024. Acerca do personagem Zé Povinho no contexto português, brasileiro e sul-rio-grandense, ver: FRANÇA, José-Augusto. *Rafael Bordalo Pinheiro: o português tal e qual*. 3.ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.; MEDINA, João de. O Zé Povinho, caricatura do "homo lusitanus": estudo de história das mentalidades. In: *Estudos em homenagem a Jorge Borges de Macedo*. Lisboa: INIC, 1992.; MEDINA, João. No 130º aniversário do Zé Povinho: Rafael Bordalo Pinheiro e o Zé Povinho, autocaricatura do português. In: *Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*. Lisboa, n. 4, 2005.; MEDINA, João. *Caricatura em Portugal: Rafael Bordalo Pinheiro – pai do Zé Povinho*. Lisboa: Edições Colibri, 2008.; PIMENTEL, Rui. *O Zé Povinho e outras caricaturas*. Lisboa: Câmara Municipal, 2004.; SILVA, Marcos A. da. *Caricata República: Zé Povo e o Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1990.; e ALVES, Francisco das Neves. *Do original ao originário: imagens do Zé Povo na imprensa caricata portuguesa e sul-rio-grandense*. Lisboa; Rio Grande: Cátedra de Estudos Globais; Biblioteca Rio-Grandense, 2024.

o comércio[45], base econômica da cidade do Rio Grande, o qual trazia os ingredientes para os festejos gastronômicos de fim de ano (27 dez. 1891). Na edição seguinte, a primeira de 1892, na presença do ancião que designava 1891, um diminuto bobo da corte dava um conselho ao povo brasileiro no sentido de que deveria eliminar as "impurezas da política", no que era seguido pelo indígena – outra figura tradicional que serviu para simbolizar a população em geral[46] –, que tratava de enforcar vários atores políticos. A referência do periódico era ao clima de tensão política que tomava conta do país e principalmente do Rio Grande do Sul (3 jan. 1892).

[45] A respeito de Mercúrio, ver: CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991, p. 160 e 487-488; CIRLOT, 1984. p. 379; COMMELIN, P. *Nova mitologia grega e romana*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983. p. 56-59; e SISSA, Giulia & DETIENNE, Marcel. *Os deuses gregos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

[46] Acerca da figura do índio como representação do povo brasileiro, ver: COSTA, Richard Santiago Costa. Índios em preto e branco: o corpo indígena, a arte oficial e o discurso político na imprensa carioca no pós-1870. In: *Revista Interfaces*, n. 19, v. 2, jul. – dez. 2013. p. 101-117 e SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador – D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 132-149 e 423.


Numero Avulso
Rs. 300
BISTURI
Assignatura
Anno 12:000 Rs.
Folha, litteraria, critica, satyrica, humoristica, seria, scientifica &c. &c. &c.
Nº 51
Propriedade de Thadio Amorim
Anno XV
Commercio
Zé-povinho
Zé – Querido "Bisturi" – só temos flôres e palmas, palmas para dar-te, ao entrares victoriosamente no teu decimo sexto anno de existencia, pelo muito que nos tendes feito rir e pela posição sympathica e independente que tens assumido no terreno da critica, sem falsear a bella epigraphe – "Ridendo castigat mores." – Bisturi: – Obrigado, muito obrigado!....

A inevitabilidade da guerra civil já era pressentida na virada de 1892 para 1893 e, à época, o *Bisturi* já escolhera o seu lado no conflito que se anunciava, como partidário dos oposicionistas federalistas e colocando-se não só na oposição como na resistência aos castilhistas que dominavam o Estado. Nessa linha, o semanário mostrava os sectários de Júlio de Castilhos como uma figura demoníaca que atirava o ano velho por um abismo – que designa aquilo que é sem fundo, ou seja, o mundo das profundezas,

aplicando-se ainda ao caos tenebroso das origens e às trevas infernais dos dias derradeiros[47] –, de modo que tomaria conta do "pequerrucho" ano novo. O personagem diabólico levava o barrete frígio à cabeça, em uma alusão irônica de um símbolo libertário estar sendo utilizado pelo castilhismo que, mesmo republicano, defendia princípios autoritários. Tratava-se do próprio Satanás que, dentre os diabos e demônios, designa, por antonomásia, o adversário, tão arrogante quanto mau, de maneira que o termo passou a corresponder a um ser essencialmente mau, chegando a tornar-se um nome próprio[48]. Tal ilustração alegórica era complementada por um conjunto caricatural no qual o hebdomadário mesclava elementos simbólicos com detalhes da atualidade e costumes daquela época de virada de ano. Nesse sentido, apresentava a despedida do ancião ano velho, que preparava a mala para retirar-se; a alegria das crianças junto ao pai em razão das festas típicas do período; as dificuldades de um cidadão para dar conta das compras a ser realizadas, ainda mais com a crise econômica que campeava; o desejo do periódico em ampliar o seu quadro de assinantes; a boa recepção do público às edições do *Bisturi*; e o bobo da corte contente com os presentes recebidos naquela virada de ano. O conflito político que em breve se tornaria bélico não foi esquecido pela folha ilustrada que, de acordo com suas convicções, mostrava Gaspar Silveira Martins assumindo a forma de um leão, o qual inspirava medo em meio às hostes castilhistas. A opção pela representação leonina trazia consigo o caráter positivo de tal símbolo, fazendo

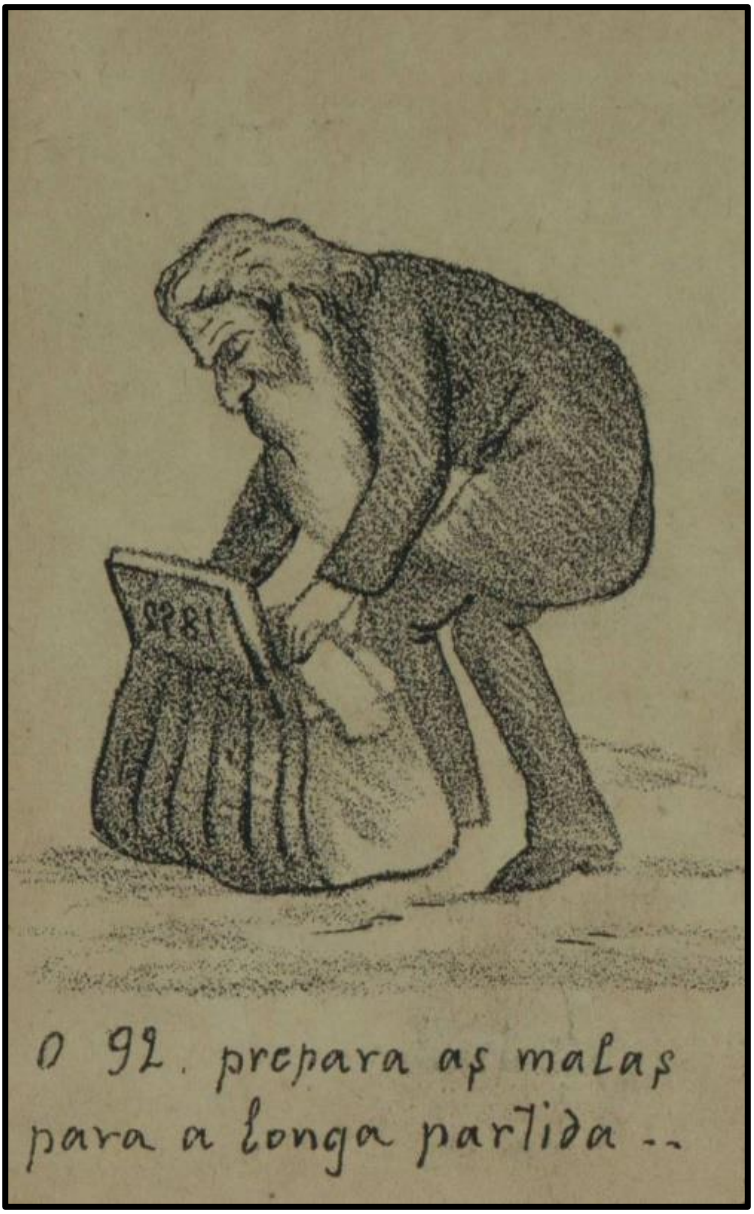
[47] CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 5.
[48] CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 805.

prevalecer a figura do rei dos animais, aparecendo como a própria encarnação do poder, da sabedoria e da justiça[49]. As associações com o conceito da realeza, levando em conta o poder, a majestade e o domínio sobre os outros elevaram o *status* do leão a símbolo, equiparado ao princípio solar e identificado com a iluminação da consciência[50].

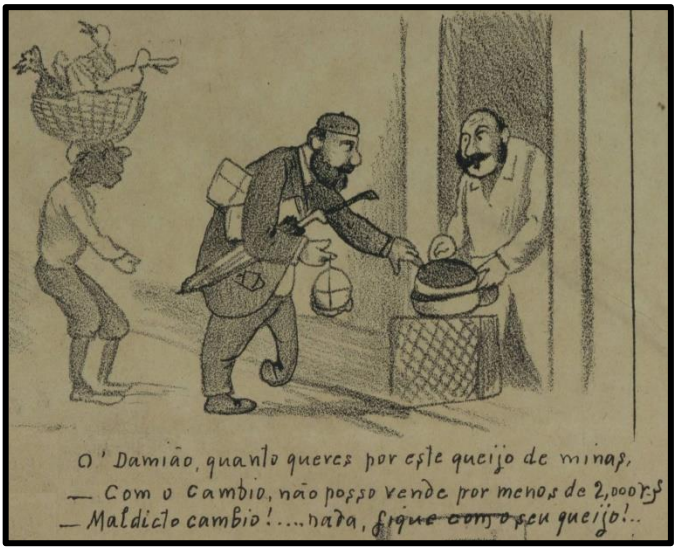
[49] CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991, p. 538-539.

[50] HUTTON, Kathryn. Leão. In: ELIADE, Mircea & COULIANO, Idan Petru (orgs). *Dicionário de símbolos*. Petrópolis: Vozes, 2024, p. 296.

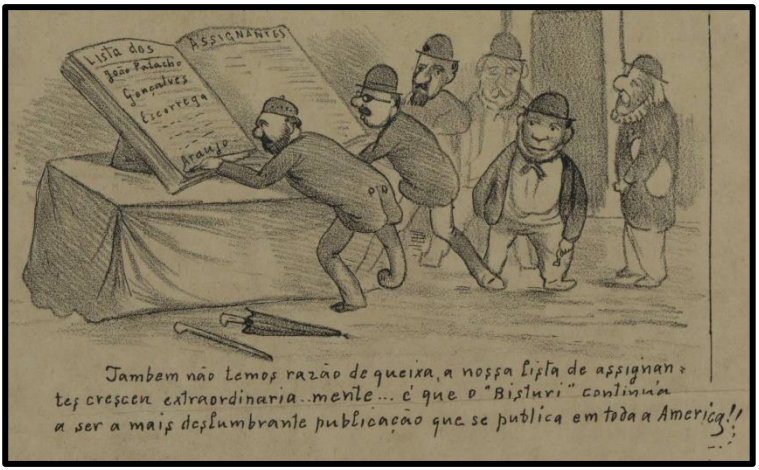
Vaste!... já estais muito velho e cançado.....embrenha-te na medonha profundeza desse abysmo; já tens o coração muito ulcerado e o espirito apavorado com os phantasmas de terror. Falta-te coragem e paciencia para me auxiliares na minha obra de sangue e de terror!.... Deixa-me!... deixa-me com este Requerrucho "!.....


O 92. prepara as malas
para a longa partida ..

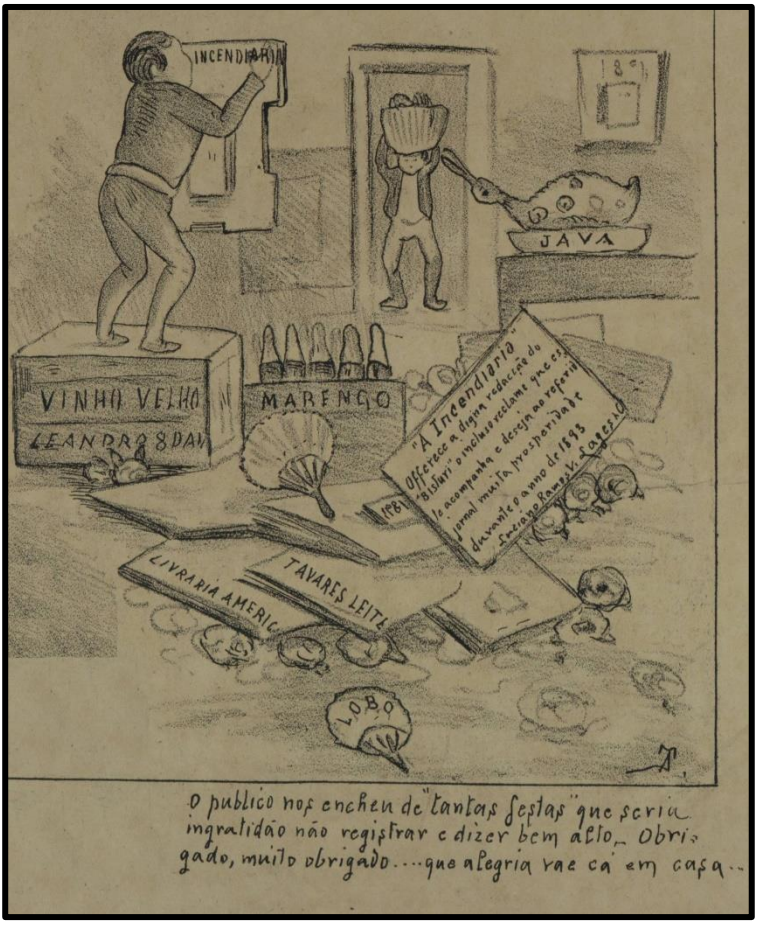
Minhas festas papá... quanta ale-
gria no lar, no dia de hoje....


O' Damião, quanto queres por este queijo de minas,
— Com o cambio, não posso vende por menos de 2,000rs
— Maldicto cambio!.... nada, fique com o seu queijo!..

Estes afilhados me arruinam.....
Não ha remedio se não dar ás festas...

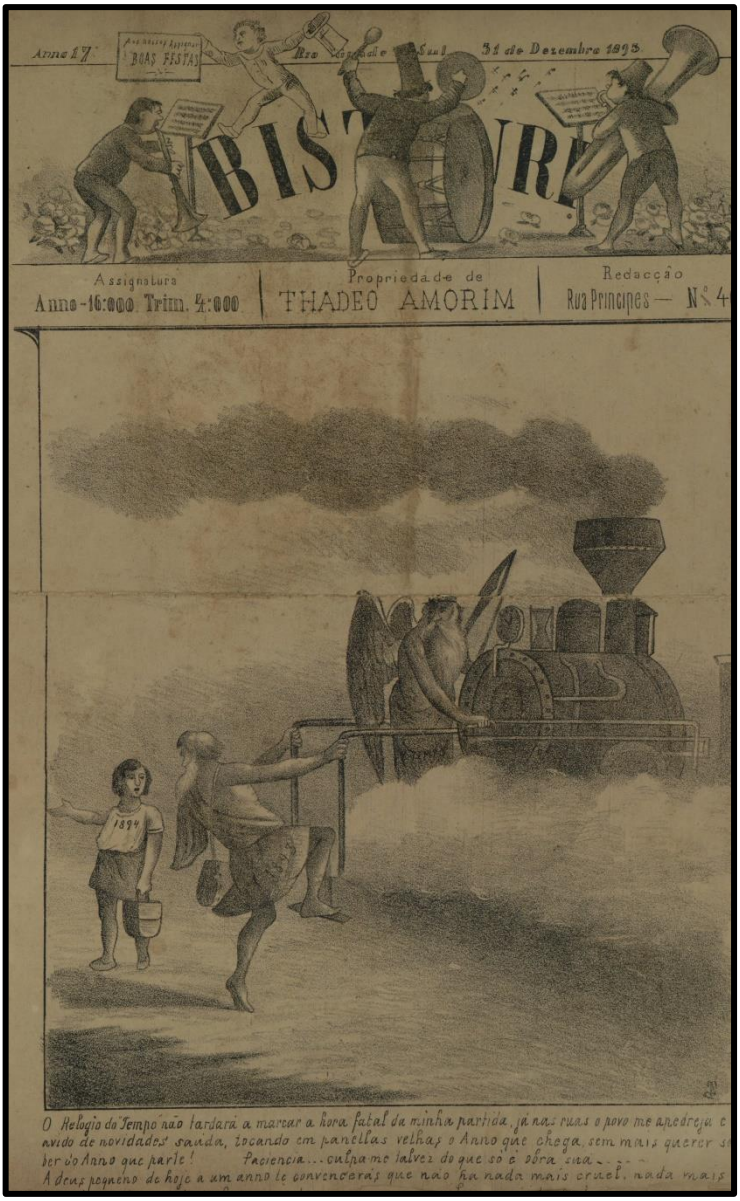

Lista dos
João Palacho
Gonçalves
Escorrega
Araujo
ASSIGNANTES
Tambem não temos razão de queixa, a nossa lista de assignantes crescen extraordinaria..mente... é que o "Bisturi" continúa a ser a mais deslumbrante publicação que se publica em toda a America!!

que digam as pessoas de bom gosto...
aquelles que enxergam um palmo
adiante do nariz .. olhem o Araujo!..
que boas risadas!.....


INCENDIARIO
JAVA
VINHO VELHO
LEANDRO & DAN
MARENGO
"A Incendiaria"
LIVRARIA AMERICA
TAVARES LEITE
LOBO
O publico nos enchen de "tantas festas" que seria ingratidão não registrar e dizer bem alto — Obrigado, muito obrigado.... que alegria vae cá em casa..

A capa do *Bisturi* que servia para a despedida de 1893 e a chegada de 1894 foi carregada de decepção. Nela o ano velho subia em um trem, evocando o caráter inexorável da passagem do tempo, com horários e cronogramas inflexíveis, obrigando o indivíduo a submeter-se a eles, obedecendo a uma ordem e a uma hierarquia inflexíveis[51], refletindo a perspectiva de que a guerra que tomava conta do território sulino tornara-se um caminho inevitável. Ao subir no meio de transporte que o levaria embora, o ancião dava um recado ao ano novo carregado de desesperança, com a mensagem de que não haveria "nada mais cruel, nada mais ingrato, nada mais desumano do que a própria humanidade" (31 dez. 1893).

[51] CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991, p. 896.


Anno 17.
BOAS FESTAS
Rio Grande do Sul
31 de Dezembro 1893
BIST RI
Assignatura
Anno-16:000 Trim. 4:000
Propriedade de
THADEO AMORIM
Redacção
Rua Principes — Nº 4
1894
O Relogio do Tempo não tardará a marcar a hora fatal da minha partida, já nas ruas o povo me apedreja e avido de novidades saúda, tocando em panellas velhas, o Anno que chega, sem mais querer s ber do Anno que parte! Paciencia... culpa me talvez do que só é dôra sua...
A Deus pequeno do hoje a um anno te convencerás que não ha nada mais cruel, nada mais

Assim, a cada virada de ano, o *Bisturi* refletiu sobre a passagem do tempo e as vivências da sociedade brasileira, sul-rio-grandense e rio-gradina. O ano, mais do que símbolo, é protótipo de processo cíclico, relação analógica com outros processos tais como dia, vida humana, vida de uma cultura e período da existência cósmica. Todos esses processos se distinguem por terem uma fase ascendente e outra descendente, involutiva e evolutiva[52]. A transição do ano velho para o novo foi representada por meio de alegorias, conteúdos simbólicos e retratos do cotidiano demarcados pelo traço caricatural, levando em conta o sentido que fazia para os leitores, uma vez que, nesse tipo de arte, sua eficácia depende da capacidade que tenha seu realizador de apreender e apresentar as características mais marcantes de uma situação, devendo trazer consigo a familiaridade que o observador tenha para com o tema, de modo que se estabeleça uma cumplicidade entre ele e o desenhista[53]. Nesse quadro, o periódico conviveu com as expectativas frente a uma nova forma de governo, imaginando que a mesma poderia ser libertária, para em seguida verificar que se daria exatamente o oposto, surgindo um regime profundamente autoritário, com o qual o espírito do semanário não se coadunava, vindo a expressar sua insatisfação, indignação e decepção a cada virada de ano.

---

[52] CIRLOT, 1984. p. 85.

[53] LUSTOSA, Isabel. Caricatura. In: AVRITZER, Leonardo; BIGNOTTO, Newton; GUIMARÃES, Juarez & STARLING, Heloisa Maria Murgel (orgs.). *Corrupção: ensaios e críticas*. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 232.

COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação prenhe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.

CIPSH

UNIVERSIDADE ABERTA
www.uab.pt

Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025

BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE

9 786553 060814

ISBN: 978-65-5306-081-4